MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2026 – ANO BASE 2025

SUMÁRIO

PREÂMBULO 2
IDENTIFICAÇÃO GERAL 2
POLÍTICAS PÚBLICAS 4
1 – Interesse público subjacente às atividades empresariais: 4
2 – Ações e políticas públicas realizadas 6
3 – Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas 12
4 – Recursos para custeio das políticas públicas: 20
5 – Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas: 21
6 – Comentário dos Administradores 21
7 – Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas: 23
GOVERNANÇA CORPORATIVA 23
1 – Atividades desenvolvidas 24
2 – Estrutura de controle (Posição em 31/12/2024) 27
3 – Fatores de risco 27
4 – Gerenciamento de Riscos 34
5 – Dados econômico-financeiros 36
6 – Políticas e práticas de governança corporativa 52
7 – Descrição da composição e da remuneração da administração 54
8 – Aprovação do Conselho de Administração 56

PREÂMBULO

Em atenção ao disposto no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei Federal nº 13.303 de 2016 e no art. 13, inciso I, Decreto Estadual nº 47.154/2017, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da MGI - Minas Gerais Participações S.A referente ao exercício social de 2025. Este documento visa assegurar transparência, accountability e aderência às diretrizes de governança corporativa e políticas públicas atribuídas à Companhia, conforme determina o marco regulatório das estatais brasileiras.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

MGI – Minas Gerais Participações S.A. ("MGI" ou "Companhia")
CNPJ 19.296.342/0001-29 - **NIRE** 31300039927
Sede: Belo Horizonte / MG
Tipo de estatal: empresa pública
Acionista controlador: Estado de Minas Gerais ("Estado" ou "EMG")
Tipo societário: Sociedade Anônima
Estrutura de capital: fechado
Setor de atuação: Gestão de ativos

Diretoria Executiva			
Nome	**Cargo**	**Telefone**	**E-mail**
Gustavo Fonseca Nogueira	Diretor-Presidente	(31) 3915-4878	secretaria@mgipar.com.br
Danielle Cristine de Faria	Diretora Administrativo - Financeira e de Relações com Investidores		
Helton Junio da Silva	Diretor de Negócios		

Auditoria Independente		
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.		
Auditor Responsável	**CRC**	**E-mail**
Claudia Gomes Pinheiro	MG - 089076/O	claudia.pinheiro@br.ey.com

Conselho de Administração	
Nome	**Cargo**
Cláudio Politi	Presidente
Felipe Afonso Costa	Vice-Presidente
Sergio Augusto Furtado Mello	Membro
Marco Antônio Vieira Gomes	Membro
José Marcus Diniz Ferreira Júnior	Membro
Carolina Rocha Vespúcio	Membro
Gabriela Martins Durães Brandão	Membro

1 – Interesse público subjacente às atividades empresariais:

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. atua como instrumento estratégico do Estado de Minas Gerais para apoio técnico especializado à gestão patrimonial, financeira e operacional da Administração Pública, contribuindo para o fortalecimento da capacidade institucional do Estado, a racionalização de ativos públicos e a promoção da eficiência administrativa e fiscal.

O interesse público inerente às atividades da Companhia decorre de sua atuação voltada à geração de valor público por meio da gestão técnica de ativos, da estruturação de soluções operacionais para a administração pública e da implementação de mecanismos de apoio à sustentabilidade fiscal do Estado.

Ao longo de sua trajetória institucional, a Companhia desenvolveu expertise especializada em:

- administração e alienação de ativos públicos;
- recuperação e gestão de créditos em liquidação;
- regularização patrimonial;
- estruturação de operações financeiras;
- suporte técnico à política de desestatização;
- gestão administrativa de convênios;
- apoio operacional a políticas públicas estaduais;
- suporte técnico especializado à Administração Pública.

A atuação da Companhia está alinhada:

- aos princípios constitucionais da Administração Pública;
- à Lei Federal nº 13.303/2016;
- ao Decreto Estadual nº 47.154/2017;
- ao Decreto Estadual nº 48.419/2022;
- ao Planejamento Estratégico 2024–2028, ajustado em 2025 para 2026-2030, com novas diretrizes estratégicas;
- às diretrizes do acionista controlador;
- e às políticas públicas estaduais relacionadas à eficiência administrativa, racionalização patrimonial, sustentabilidade fiscal e modernização da gestão pública.

No contexto atual, a MGI consolida seu posicionamento institucional como estatal especializada em soluções técnicas para gestão de ativos públicos e suporte estratégico ao setor público, atuando de forma transversal junto aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta.

Sua atuação busca:

- promover a utilização eficiente do patrimônio público;

- ampliar a geração de receitas públicas;
- reduzir custos associados a ativos improdutivos;
- apoiar a sustentabilidade fiscal do Estado;
- fortalecer a governança patrimonial;
- apoiar processos de desestatização e reorganização patrimonial;
- contribuir para a modernização da gestão pública;
- e ampliar a eficiência operacional da Administração Pública.

Além das atividades historicamente desenvolvidas, a Companhia vem direcionando sua estratégia institucional para a ampliação da prestação de serviços técnicos especializados ao setor público, considerando:

- a redução gradual das carteiras históricas de ativos;
- a necessidade de diversificação de receitas;
- a sustentabilidade operacional de longo prazo;
- e a crescente demanda da Administração Pública por soluções técnicas especializadas.

Nesse contexto, a MGI busca consolidar-se como referência em:

- gestão pública de ativos;
- alienação e regularização imobiliária;
- gestão de carteiras patrimoniais;
- estruturação operacional de ativos públicos;
- apoio técnico em convênios;
- inteligência patrimonial;
- e soluções técnicas especializadas para entes públicos.

A Companhia entende que sua atuação transcende a mera administração de ativos remanescentes do Estado, representando importante instrumento institucional de apoio à eficiência estatal, à valorização do patrimônio público e à geração sustentável de valor econômico e social para Minas Gerais.

Atualmente, a MGI atua, principalmente, na administração e alienação de bens de não uso e na recuperação de créditos em liquidação, contribuindo para a geração de receitas adicionais ao Estado e para o saneamento desses ativos, em consonância com a Política Estadual de Desestatização, instituída pelo Decreto Estadual nº 47.766, de 26 de novembro de 2019.

Adicionalmente, considerando o amplo escopo de atuação previsto no artigo 4º de seu Estatuto Social, a Companhia vem consolidando seu posicionamento institucional como agente estratégico de apoio ao Estado de Minas Gerais, com potencial de ampliação de sua atuação em projetos, serviços especializados e iniciativas alinhadas às políticas públicas e ao desenvolvimento econômico e institucional do Estado.

2 – Ações e políticas públicas realizadas

As ações desenvolvidas pela MGI compreendem, tanto iniciativas diretamente vinculadas às políticas públicas previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), quanto atividades estruturantes de apoio indireto ao interesse público. Entre os compromissos assumidos, destacam-se o apoio ao desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais, a contribuição para o equilíbrio fiscal do Estado por meio da monetização de ativos públicos, atuar como facilitadora de projetos de desestatização e reestruturação patrimonial, o fomento à regularização de imóveis públicos, a inclusão social patrimonializada e a prestação de serviços de suporte técnico especializado à gestão pública estadual.

Neste tópico são apresentadas as ações e políticas realizadas pela Companhia em consonância com o interesse público evidenciado em seu objeto social:

(A) Políticas executadas diretamente pela MGI, inseridas no Plano Plurianual de Ação Governamental do Estado de Minas Gerais:

i) Suporte ao Desenvolvimento Estadual

A Companhia permanece responsável pela gestão administrativa dos convênios celebrados no período de 2013 a 2018, em parceria com as Secretarias de Estado, destinados aos municípios, às entidades públicas, aos consórcios públicos e às organizações da sociedade civil, com vistas à implementação de obras de infraestrutura urbana/rural e de saneamento, à execução de serviços e aquisição de equipamentos básicos.

Com o objetivo de otimizar os trabalhos de decisão final das contas dos convênios vencidos, a MGI atua em duas frentes: (i) capacita seu pessoal e revisa periodicamente os procedimentos adotados para execução das medidas administrativas, visando ao saneamento de pendências e instauração de tomada de contas, e (ii) promove o alinhamento constante do fluxo de trabalho com as Secretarias Intervenientes, resultado de excelente parceria estabelecida. Como resultado de tais ações, tem-se conseguido maior segurança e agilidade no procedimento de análise.

A gestão administrativa dos convênios inclui:

- análise de prestações de contas;
- repasses remanescentes;
- controle financeiro;
- medidas administrativas;
- instauração de tomadas de contas especiais;
- e saneamento de pendências.

A atuação busca:

- assegurar regularidade na aplicação dos recursos públicos;
- fortalecer mecanismos de controle;
- ampliar a eficiência da análise das prestações de contas;
- e reduzir passivos administrativos.

No exercício de 2025, a Companhia deu continuidade à execução financeira da ação, realizando o repasse de parcelas remanescentes dos convênios vigentes, no montante de R$ 1.556 mil.

No âmbito da gestão das prestações de contas, o exercício foi marcado por desafios relacionados à capacidade operacional disponível, em razão da priorização de demandas estratégicas institucionais relacionadas ao PROPAG e da limitação de recursos técnicos alocados às atividades de análise e suporte especializado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contabilizava 740 convênios vencidos pendentes de análise conclusiva das respectivas prestações de contas. Para o exercício de 2026, foi estabelecida a meta de realização de 168 análises, considerando a capacidade operacional disponível e as prioridades estratégicas definidas pela Administração.

Paralelamente, a MGI assegurou a adequada execução e acompanhamento dos 57 convênios ainda vigentes, preservando a regularidade dos instrumentos ativos e o cumprimento das obrigações institucionais assumidas.

Em consonância com o Planejamento Estratégico da Companhia e com as diretrizes estabelecidas pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, não há previsão de celebração de novos convênios.

ii) Participação Societária

Essa ação refere-se às participações societárias mantidas pela Companhia em empresas estatais ou privadas, originadas, em parte, no âmbito de sua atividade operacional histórica, relacionada à gestão de participações acionárias com o objetivo de gerar retorno econômico e contribuir para a sustentabilidade financeira institucional e, em parcela relevante, das ações vinculada às operações estruturadas relacionadas à 5ª Emissão de Debêntures, que foram objeto de aporte do acionista controlador ao capital social da MGI.

Atualmente, em consonância com o Planejamento Estratégico, a atuação prioritária da MGI não está direcionada à realização de novos investimentos societários, não tendo sido realizado no exercício novos investimentos em participações societárias, nem havendo previsão de ampliação da carteira de participações; permanecendo a estratégia voltada à gestão eficiente dos ativos existentes, à maximização dos retornos financeiros e à otimização da alocação de recursos em atividades alinhadas à missão institucional e à geração de valor público.

As participações mantidas em seu portfólio geraram proventos no montante de R$ 284.308 mil, evidenciando a relevância dessa carteira como importante fonte de receitas recorrentes e de sustentação financeira institucional.

(B) Outras atividades realizadas pela MGI em atendimento ao interesse público, não inseridas no Plano Plurianual de Ação Governamental

Além das ações diretamente vinculadas ao Plano Plurianual de Ação Governamental do Estado de Minas Gerais (PPAG), a MGI também executa iniciativas que configuram apoio indireto ao interesse público, por meio da celebração de contratos e instrumentos específicos firmados com o Estado de Minas Gerais.

Nesse contexto, destacam-se as contribuições da Companhia para o equilíbrio fiscal estadual, especialmente por meio da estruturação e gestão de operações com direitos de crédito autônomos e debêntures, bem como as ações voltadas ao saneamento de ativos públicos, realizadas mediante a recuperação de créditos em liquidação e a alienação de bens imóveis não de uso.

Essas atividades reforçam o papel estratégico da MGI na valorização do patrimônio público, ampliam a eficiência na gestão de ativos estaduais e contribuem de forma consistente para o fortalecimento da capacidade fiscal e financeira do Estado de Minas Gerais, em alinhamento com os objetivos de longo prazo da política pública e da sustentabilidade fiscal.

i) Operações estruturadas e apoio ao sistema estadual de finanças (Direitos de Crédito Autônomos e Debêntures)

A Companhia exerceu papel relevante no apoio técnico e financeiro ao Estado de Minas Gerais, por meio de operações estruturadas, vinculadas aos Direitos de Crédito Autônomos (DCA) e às emissões de debêntures e operações correlatas, restando ainda vigente a 5ª Emissão de Debêntures, contrato de opções flexíveis (hedge) e instrumentos correlatos. A 5ª Emissão tem amortizações semestrais previstas até o vencimento final, em 2032, e o hedge a ela atrelado com vigência até 2028.

As operações estruturadas viabilizaram, historicamente:

- geração de liquidez ao Estado;
- fortalecimento fiscal;
- e apoio ao sistema estadual de finanças.

Em 2025, a Companhia manteve o cumprimento integral das obrigações relacionadas à operação de 5ª emissão de debêntures e instrumentos correlatos, tendo sido pagos R$ 106 milhões em amortização e juros da 5ª emissão, além de R$ 250,8 milhões relativos às opções financeiras atreladas à operação — preservando a segurança operacional, a credibilidade institucional e solvência da estrutura financeira, reforçando o caráter complexo e estruturado da política de financiamento vinculada aos direitos creditórios.

A MGI arrecadou, no exercício, R$ 8 milhões com a carteira de DCA, mantendo seu papel como fonte estratégica de receitas.

Ao mesmo tempo, a Administração intensificou estudos técnicos, financeiros e jurídicos relacionados à mitigação dos riscos estruturais da operação de 5ª Emissão e hedge e à avaliação das respectivas alternativas estratégicas.

ii) Administração de ativos do Estado de Minas Gerais

A atuação da MGI na administração de ativos do Estado de Minas Gerais possui caráter estratégico e multifacetado, abrangendo tanto a gestão de créditos em liquidação quanto de ativos imobiliários. Em especial aqueles oriundos da extinta Minascaixa e dos processos de privatização dos bancos BEMGE e CREDIREAL.

Essa atuação constitui um eixo relevante de apoio à sustentabilidade fiscal do Estado, contribuindo para a racionalização patrimonial, redução de custos de manutenção de ativos ociosos, e sua monetização.

Os contratos vigentes firmados com a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) e com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE) abrangem não apenas a gestão operacional desses ativos, contemplando também um conjunto de atividades complementares essenciais à sua regularização, preservação, valorização econômica e preparação para adequada destinação. Entre essas atividades, destacam-se a novação de contratos com cobertura do FCVS, a avaliação mercadológica, a regularização jurídica e registral, o controle e acompanhamento de despesas associadas aos ativos, bem como o apoio à implementação da política pública de doação de imóveis.

Esse escopo ampliado de atuação reforça a posição da MGI como instrumento técnico especializado do Estado, capaz de integrar gestão patrimonial, conformidade jurídica e apoio à formulação e execução de políticas públicas, contribuindo para o uso mais eficiente, transparente e estratégico dos ativos públicos.

Os resultados da recuperação de créditos do Estado em 2025 apresentaram retração em relação ao exercício anterior, explicada pela redução do estoque disponível, decorrente principalmente do longo período desde a constituição desses créditos (aproximadamente 30 anos), bem como da escassez de bens penhoráveis ou garantias executáveis. Como reflexo desse cenário, observou-se uma diminuição de 69% nos valores recuperados em comparação com 2024.

As receitas provenientes da recuperação de créditos totalizaram R$ 1.153 mil repassados ao Estado. Por outro lado, a venda de imóveis apresentou resultado positivo, alcançando repasses de R$ 8.006 mil, correspondente a um crescimento de 90% na mesma base comparativa. No consolidado, estas duas atividades resultaram em uma expansão de 15% no total arrecadado, impulsionada, especialmente, pelo

desempenho da carteira imobiliária e pela ocorrência de evento extraordinário relacionado à alienação de imóvel adjudicado.

O desempenho operacional impactou positivamente a receita da Companhia, que, na qualidade de gestora, é remunerada com base nos resultados efetivamente entregues ao Estado. Em 2025, a receita de prestação de serviços totalizou R$ 2.219 mil, representando um aumento de 29% em relação ao exercício anterior. Não obstante, esse resultado não afasta o ponto de atenção quanto à sustentabilidade da atividade, considerando que a conversão de ativos em recursos líquidos tem se tornado progressivamente mais desafiadora diante da baixa liquidez dos ativos remanescentes.

Mesmo nesse cenário, a MGI manteve sua capacidade institucional ativa, buscando ampliar seu portfólio de contratos, em alinhamento à diretriz estratégica de expansão da atuação no suporte à gestão patrimonial da administração pública estadual. Como resultado, tem-se a formalização de novos contratos de alienação de imóveis com entidades relevantes, como CEMIG e MGS, ampliou o escopo de atuação da Companhia para além da carteira tradicional de ativos.

Dessa forma, embora os indicadores de desempenho evidenciem oscilações no volume financeiro repassado ao Estado e, consequentemente, na geração de receitas da MGI, tais movimentos devem ser analisados em uma perspectiva mais ampla. Eles refletem não apenas a dinâmica dos ativos sob gestão, mas também os desafios inerentes aos processos de regularização e alienação de bens públicos.

No campo estratégico, a Companhia iniciou estudos para definição de novas diretrizes de atuação, com foco na celebração de parcerias com outros entes federativos, Estados, Municípios e entidades da administração indireta, para a prestação de serviços técnicos especializados — com ênfase na gestão e alienação de ativos imobiliários públicos. Essa estratégia tem por objetivo promover a diversificação das fontes de receita, mitigar riscos operacionais e consolidar a MGI como referência nacional em gestão pública de ativos patrimoniais, contribuindo, a médio prazo, para a compensação da retração observada na carteira histórica de ativos do Estado.

iii) Administração de ativos próprios

Além da gestão de ativos pertencentes ao Estado, a MGI administra uma carteira própria composta por créditos em liquidação e imóveis recebidos por cessão dos extintos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, bem como da subsidiária incorporada EMIP. Embora essa atuação tenha caráter complementar às atividades delegadas pelo Estado, ela mantém relevância estratégica nos âmbitos econômico, financeiro e institucional, especialmente por contribuir para o equacionamento de passivos históricos e para a geração de valor a partir de ativos de difícil recuperação.

Nos termos do contrato de cessão celebrado com o BEMGE, 90% do resultado líquido positivo semestral gerado por essa carteira é destinado aos seus ex-acionistas, sendo o Estado de Minas Gerais detentor de 77,22% dessa participação. Já em relação às carteiras originadas do CREDIREAL e da EMIP, a totalidade dos resultados é apropriada pela MGI, reforçando o papel da Companhia na captura de valor desses ativos.

Em 2025, a arrecadação com a recuperação de créditos próprios totalizou R$ 12.600 mil, representando um crescimento expressivo de 123% em relação a 2024. Esse desempenho foi fortemente influenciado por evento não recorrente, correspondente ao recebimento de um crédito no montante de R$ 9.560 mil. A arrecadação extraordinária reflete o êxito das estratégias de recuperação conduzidas pela Companhia, especialmente no âmbito da atuação técnica, jurídica e patrimonial voltada à maximização da recuperação de ativos em um contexto de elevada complexidade operacional, não refletindo o padrão estrutural da carteira, considerando sua composição por créditos antigos, majoritariamente, de baixa liquidez e elevado grau de exaustão, classificados como em liquidação ou anteriormente baixados como prejuízo pelas instituições de origem.

No que se refere à alienação de imóveis próprios, a receita alcançou R$ 33.898 mil, representando crescimento de 125% em relação ao exercício anterior. Esse resultado decorreu, de forma predominante, da venda de um ativo de elevado valor (R$ 33.000 mil), cuja adjudicação estratégica e preparação adequada para o mercado viabilizaram sua concretização. Ainda que pontual, essa operação evidencia a eficácia das diretrizes adotadas pela Companhia a partir de 2019, voltadas à estruturação de soluções negociais e à ampliação da liquidez dos ativos.

Apesar desses resultados positivos, a carteira imobiliária própria permanece majoritariamente composta por ativos de baixa liquidez, frequentemente localizados em regiões com menor dinamismo econômico e, em muitos casos, ocupados por famílias de baixa renda. Esse contexto impõe desafios relevantes à sua alienação por meios tradicionais, em função de entraves jurídicos e da limitada capacidade financeira do público potencial, fatores que impactam diretamente a atratividade dos processos de venda.

Em resposta a esse cenário, a MGI vem adotando soluções estruturadas e alinhadas à realidade socioeconômica dos ocupantes. Destaca-se, nesse sentido, a Política de Venda Incentivada, aprovada em 12 de novembro de 2020 e, posteriormente aprimorada em 16 de março de 2022, que estabelece critérios objetivos para concessão de descontos e condições facilitadas de pagamento em imóveis com histórico de tentativas frustradas de alienação. Essa iniciativa amplia o acesso à propriedade, promove inclusão social patrimonial e contribui para a desmobilização de ativos, gerando valor econômico e social de forma integrada.

Os resultados observados ao longo dos últimos exercícios reforçam a efetividade dessa abordagem, evidenciando que estratégias estruturadas, sustentadas por diretrizes claras e sensibilidade social, são capazes de gerar benefícios simultâneos para a Companhia, para o Estado e para a sociedade.

Nesse contexto, o desempenho de 2025 deve ser compreendido à luz de fatores extraordinários e não recorrentes, não configurando tendência de crescimento estrutural das receitas associadas à carteira própria. O progressivo esgotamento desses ativos impõe à MGI o desafio de intensificar a gestão ativa dos remanescentes, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de evolução de seu modelo de atuação.

Sob a ótica estratégica, a experiência acumulada na recuperação de créditos complexos e na gestão de ativos de baixa liquidez consolida competências essenciais da Companhia, que podem ser alavancadas na ampliação de sua atuação. Assim, a gestão da carteira própria, além de seu papel econômico, contribui para o fortalecimento institucional da MGI, posicionando-a como agente qualificado na estruturação de soluções para gestão patrimonial no setor público

iv) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do Estado

A prestação de apoio técnico e de gestão administrativa à Política Estadual de Desestatização integra o objeto social da MGI e está alinhada às competências institucionais da Companhia, enquanto instrumento operacional do Estado de Minas Gerais.

Historicamente, a MGI desempenhou papel relevante nos processos de reestruturação do setor público mineiro, participando da liquidação de empresas estatais, da gestão de obrigações pós-extinção, da alienação de participações acionárias do Estado e da administração de ativos remanescentes — inclusive mediante recepção de bens e direitos oriundos de empresas privatizadas, como ocorreu nos casos da MINASCAIXA, BEMGE e CREDIREAL.

Embora não tenham sido registradas novas operações nesse campo nos últimos anos, a Companhia reconhece a importância da retomada dessa frente de atuação, especialmente diante do cenário fiscal desafiador do Estado e da existência de ativos públicos passíveis de desmobilização ou reestruturação.

Nesse contexto, a MGI se posiciona como agente capacitado a apoiar a execução do Decreto Estadual nº 47.766/2019, que dispõe sobre a política mineira de desestatização. Sua expertise acumulada em processos de avaliação, regularização, liquidação e estruturação patrimonial confere à Companhia a capacidade técnica necessária para atuar, em conjunto, com os órgãos responsáveis pela formulação e implementação dessas diretrizes.

Cabe ressaltar, contudo, que a efetiva atuação da Companhia, nesse campo, permanece condicionada à iniciativa e decisão do Estado de Minas Gerais, titular das prerrogativas estratégicas quanto à condução e operacionalização dos projetos de desestatização.

3 – Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

A MGI, em 2025, em consonância com seu objeto social e com os compromissos assumidos no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) do Estado de Minas Gerais, cumpriu os planos de ação previstos no Plano de Negócios estabelecido para o exercício. Adicionalmente, tendo em vista o novo ciclo institucional e as diretrizes estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, na qualidade de acionista controlador, a Companhia reformulou o seu Planejamento Estratégico, originalmente estruturado para o período 2024–2028, redefinindo-o para o horizonte 2026–2030.

A motivação fundamental da reformulação do Planejamento foi a mitigação do déficit estrutural evidenciado na relação entre receitas e despesas operacionais, desconsiderados os impactos decorrentes de operações financeiras específicas — notadamente debêntures, hedge e proventos associados à participação acionária em CMIG4 —, bem como efeitos de natureza não caixa e receitas não recorrentes ou passivas, tais como rendimentos de aplicações financeiras e ingresso de direitos creditórios.

Nesse contexto, a estratégia, definida para o horizonte 2026–2030 estrutura-se em três pilares fundamentais voltados à promoção da sustentabilidade econômico-financeira da Companhia: (i) gestão e alienação de ativos imobiliários públicos; (ii) recuperação de créditos; e (iii) prestação de serviços técnicos especializados, com ampliação da atuação institucional junto a entes públicos.

Alinhada a essa estratégia, a MGI estabeleceu, no âmbito do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios, um conjunto de planos de ação diretamente vinculados ao desenvolvimento socioeconômico, à promoção de políticas públicas de valorização patrimonial e ao fortalecimento do equilíbrio fiscal do Estado, bem como, a ampliação da atuação institucional da Companhia junto a outros entes públicos, mediante a oferta de soluções técnicas especializadas em gestão de ativos, regularização de imóveis, alienação de bens públicos e análise de convênios, além da gestão estratégica de riscos e da transparência com o controlador, refletindo o compromisso institucional da MGI com a eficiência na gestão dos ativos públicos e com a geração de valor para a sociedade, em alinhamento com os princípios da administração pública e os fundamentos da Lei nº 13.303/2016.

Desta forma, os pilares estratégicos definidos para a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia também atuam como instrumentos de fomento e execução de objetivos públicos estaduais.

3.1 – Desdobramento das metas na execução do Plano de Negócios no ano de 2025

O exercício de 2025, segundo ano de execução do Planejamento Estratégico 2024–2028, foi novamente marcado pelo fortalecimento do alinhamento institucional, elevado engajamento das áreas e foco na geração de valor público.

Além dos resultados financeiros alcançados, a MGI encerrou o período com um índice de execução de 92% dos planos de ação estabelecidos para o exercício, evidenciando elevada capacidade de implementação estratégica e aderência às diretrizes definidas para o ciclo de planejamento.

Os planos de ação partiram das quatro perspectivas estratégicas Acionistas, Clientes, Processos Internos e Aprendizagem e Crescimento e seus objetivos estratégicos e metas, conforme o desempenho a seguir:

Perspectiva dos Acionistas 92%:

Em 2025, a MGI apresentou desempenho consistente na perspectiva dos acionistas, alcançando 92% de aderência às metas estabelecidas, o que evidencia solidez na gestão financeira, disciplina operacional e alinhamento às diretrizes estratégicas do Estado.

No âmbito da estrutura de capital, os indicadores de monitoramento relacionados à 5ª emissão de debêntures foram integralmente cumpridos dentro dos prazos estipulados. A Companhia manteve acompanhamento mensal dos riscos financeiros, assegurando elevada capacidade de resposta a cenários adversos e a adequada condução de sua política de gestão de passivos. Adicionalmente, foram elaborados estudos voltados à estruturação de plano de liquidação antecipada da operação, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade fiscal e governança do Estado, resultando no cumprimento de 100% dos planos de ação associados a esse eixo.

No que se refere à estratégia de expansão das atividades operacionais, foi alcançado desempenho integral (100%) nos planos estabelecidos, evidenciando o fortalecimento dos pilares do planejamento institucional. Destacam-se, nesse contexto, os avanços no eixo de diversificação da base de clientes públicos e na ampliação da entrega de valor técnico à administração pública, fatores que consolidam a capacidade da MGI de ampliar sua atuação e reforçam uma trajetória favorável para a execução da estratégia de crescimento prevista para 2026.

Os planos voltados ao aprimoramento do planejamento tributário também atingiram 100% de cumprimento, configurando iniciativa de elevado valor agregado. As ações implementadas contribuem de forma direta e indireta para a otimização da carga tributária e para a preservação de recursos da Companhia, com impactos positivos sobre sua sustentabilidade econômico-financeira.

Por fim, nos indicadores relacionados aos convênios de saída, o atingimento foi de 72%, refletindo a priorização de esforços institucionais em demandas estratégicas de maior complexidade. Destaca-se, nesse sentido, a significativa dedicação das equipes às entregas vinculadas ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), cuja relevância foi determinante para viabilizar a adesão do Estado de Minas Gerais ao programa. Esse direcionamento, ainda que tenha impactado parcialmente o desempenho dessa meta específica, reforça a atuação da Companhia como agente estratégico no suporte às políticas públicas estruturantes do Estado.

Perspectiva dos Clientes 96%:

Em 2025, a MGI alcançou 96% de execução na perspectiva dos clientes, com um total de 18 planos de ação voltados ao aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, à eficiência operacional e à geração de valor para os diversos públicos atendidos.
No eixo de melhoria da gestão imobiliária pública, que contempla a otimização dos processos de alienação, a atualização e integridade do banco de dados e o aprimoramento das estratégias de atuação, foi registrado um elevado nível de atingimento (99%). Esse desempenho evidencia a consolidação de práticas estruturadas de gestão, fundamentais para aumento da efetividade na comercialização de ativos.

As iniciativas relacionadas à modernização dos canais de atendimento também apresentaram resultados relevantes. A implementação de ferramentas mais ágeis, a reestruturação da comunicação com contratantes e o desenvolvimento de campanhas de marketing público adaptadas ao perfil dos imóveis ofertados alcançaram 94% de execução. De forma complementar, os planos voltados à revisão de processos e ferramentas de atendimento, bem como à criação de estratégias de marketing ativo, atingiram 95%, reforçando a evolução da Companhia na qualificação da relação com seus públicos.
Os demais planos vinculados à perspectiva, conforme quadro abaixo, atingiram integralmente as metas estabelecidas (100%), refletindo consistência na execução das iniciativas planejadas.

No que se refere aos planos vinculados aos processos de recuperação de créditos, identificou-se um ponto de atenção relacionado ao banco de dados da carteira de créditos próprios, cujo nível de atingimento foi de 55%. Esse resultado evidencia a necessidade de aprimoramentos estruturais, ao longo de 2026, motivo pelo qual o tema foi incorporado como meta específica no plano de negócios do exercício subsequente.
Como avanço relevante, destaca-se a criação do Portal dos Extintos Bancos, iniciativa que amplia a transparência e o acesso à informação, ao disponibilizar aos cidadãos dados sobre débitos em seu nome, critérios de concessão de descontos e canais de atendimento para esclarecimento de dúvidas e orientações.

Perspectiva dos Processos Internos 96%:

O elevado nível de atingimento dos planos de ação na perspectiva dos Processos Internos evidencia que a MGI operou com excelência técnica, organização e forte aderência ao seu planejamento estratégico. As iniciativas implementadas contribuíram de forma consistente para o fortalecimento da eficiência operacional, da governança, da padronização de processos e da presença institucional, estabelecendo bases sólidas para os próximos ciclos do Planejamento Estratégico 2026–2030.
Apesar do cancelamento pontual de um plano por fatores externos, o desempenho global manteve-se robusto. Destacam-se, nesse contexto, os avanços significativos no mapeamento e na gestão de riscos, bem como o fortalecimento da cultura de planejamento, monitoramento e melhoria contínua de processos.
O conjunto das ações executadas demonstra uma evolução clara, estruturada e orientada a resultados, consolidando a maturidade organizacional da Companhia e sua capacidade de sustentar ganhos de eficiência e qualidade no médio e longo prazos.

Perspectiva do Aprendizado e Crescimento 71%:

Em 2025, a MGI apresentou desempenho consistente na Perspectiva de Aprendizado e Crescimento, com 71% de execução dos planos de ação, refletindo avanços relevantes no fortalecimento de capacidades organizacionais e no desenvolvimento de sua cultura institucional.
As iniciativas voltadas à capacitação técnica dos colaboradores, ao desenvolvimento da liderança e à implementação de práticas integradas de monitoramento periódico das entregas estratégicas alcançaram 100% de cumprimento. Destacam-se, nesse contexto, a consolidação de mecanismos de avaliação

colaborativa entre áreas e o compartilhamento trimestral de resultados com toda a Companhia, práticas que estimulam a cultura de prestação de contas, a cooperação institucional e a melhoria contínua.
Por outro lado, os planos relacionados à realocação estratégica de recursos humanos, à implementação de políticas estruturadas de reconhecimento e à atualização do Plano de Cargos e Salários apresentaram desempenho médio de 42%. Esse resultado foi impactado por fatores externos que limitaram o avanço dessas iniciativas ao longo do exercício.

Ainda assim, o conjunto da atuação evidencia o compromisso da MGI com o desenvolvimento de seu capital humano e com o fortalecimento de uma cultura organizacional orientada a resultados, inovação e geração de valor público, aspectos essenciais para sustentar sua estratégia de crescimento e aprimoramento contínuo nos médio e longo prazos. Abaixo as perspectivas por metas/planos de ação/área responsável:

PLANO DE NEGÓCIOS 2025 - resultado final					
PERSPECTIVA DOS ACIONISTAS					
Objetivos Estratégicos	**Metas**	**Plano de Ação**	**Prazo**	**Percentual de Cumprimento do Plano de Ação (%)**	**Área Responsável**
Manter uma saudável Estrutura de Capital	Garantir a gestão dos riscos financeiros e de liquidez da Companhia.	Estruturar um Plano de mitigação de riscos da 5ª Emissão e contrato de Hedge, com base em critérios predefinidos e considerando a viabilidade financeira e patrimonial, monitorando periodicamente os limites estabelecidos.	30/04/2025	100%	Superintendência Administrativo-Financeira e de Governança
		Revisar as principais contingências da Companhia que possam elevar o risco financeiro e de liquidez, avaliando seus impactos, elaborando plano de contingências e implementando as ações necessárias, sem prejuízo do monitoramento periódico.	30/06/2025	100%	Superintendência Administrativo-Financeira e de Governança
	Monitorar periodicamente os limites de risco da operação de 5ª Emissão e do Contrato de Opções, atualizando o cenário aos Conselhos e Acionista Controlador.	Monitorar limite critico de valor da CMIG4 para a operação, bem como das variáveis que impactam o preço de exercício das opções de compra.	Contínuo (mensal)	100%	Superintendência Administrativo-Financeira e de Governança
		Estabelecer alternativas para mitigação do risco financeiro da operação.		100%	Superintendência Administrativo-Financeira e de Governança
Aumentar as receitas e a rentabilidade	Expandir as atividades operacionais, com foco especial na alienação e na regularização de imóveis e formalização de10 novos contratos	Analisar e acompanhar a Política Estadual de Desestatização, identificando oportunidades para propor ao Estado a liderança de ações estratégicas, executando as atividades demandadas.	31/12/2025	100%	Superintendência Administrativo-Financeira e de Governança
		Formalizar com entes da administração pública no mínimo 2 novos contratos vinculados à gestão de imóveis, com foco na alienação e na regularização.	31/12/2025	100%	Superintendência de Relacionamento
	Aprimorar o planejamento tributário da Companhia visando a melhorar a eficiência na gestão dos impostos a pagar.	Avaliar e adequar as necessidades ao Plano Fiscal Existente.	31/12/2025	100%	GECON

Sanear pendências relativas aos convênios	Garantir a regularidade e celeridade nas análises e decisões de prestação de contas final, com foco na transparência, mitigação de riscos e ações proativas visando a reduzir o número de reprovações, concluindo no mínimo 840 (oitocentos e quarenta) análises de prestação de contas final.	Pesquisar e avaliar soluções estratégicas e tecnológicas disponíveis no mercado que possibilitem maior celeridade nas decisões das prestações de contas, submetendo, se for o caso, proposta ao Conselho de Administração, sem prejuízo dos atuais encaminhamentos.	30/11/2025	100%	GECOV
		Concluir 168 (cento e sessenta e oito) análises de Prestação de Contas Final, propondo as ações de reparação de dano cabíveis.	31/12/2025	50%	GECOV
PERSPECTIVA DOS CLIENTES					
Desenvolver a gestão com foco no cliente, aprimorando a prestação dos serviços	Otimizar a Venda de Imóveis, garantindo a eficiência na execução dos contratos de regularização, alienação e administração dos imóveis adjudicados	Reapresentar aos representantes legais do contratante proposta de solução relativa aos imóveis não doados, conforme LEI 21.100.	30/06/2025	100%	GERAT
		Analisar cada contrato de alienação de imóveis, elaborando relatório com os impedimentos e/ou restrições para venda, bem como, a necessidade de eventuais regularizações cartorárias e municipais, no prazo estipulado por cada contrato.	A cada novo contrato ou certame	100%	GERAT
		Ingressar com os pedidos de regularização dos imóveis, acompanhando e garantindo o atendimento das exigências dos órgãos reguladores, mantendo o contratante informado sobre os prazos, as ações necessárias e os impactos do não atendimento das providências ao seu cargo, observada a vigência contratual.	15 dias da liberação da pendência (ver como colocar este prazo)	100%	GERAT
	Apresentar ao contratante calendário estratégico de licitações, baseado na estratificação dos imóveis, considerando suas potencialidades e fragilidades identificadas, e detalhando as ações específicas para maximizar o valor de mercado, reduzir riscos legais e aproveitar oportunidades de valorização.	Atualizar e manter banco de dados completo que permita a estratificação dos imóveis por categorias de potencialidades e fragilidades, garantindo uma visão estratégica e detalhada que possibilite visualizar fragilidades que possam impactar a venda ou gerar transtornos futuros.	31/12/2025	94%	GEMAC
		Revisar as estratégias específicas para divulgação de cada categoria de imóvel, visando potencializar pontos fortes e mitigar fragilidades, identificando oportunidades de valorização, sugestões de melhorias, recomendações legais e ações para maximizar o potencial de cada imóvel.	31/03/2025	98%	GEMAC
	Criar experiências imersivas para a divulgação dos imóveis, com ferramentas digitais, marketing ativo direcionado e tour virtuais, bem como formato de atendimento imediato às consultas sobre imóveis e editais, aos pedidos de visitação, reduzindo o tempo médio de resposta e aumentando a taxa de conversão.	Reestruturar e aprimorar os processos e ferramentas de atendimento ao cliente, garantindo respostas mais eficazes, maior agilidade e satisfação dos clientes, com a revisão e atualização de respostas padrão, do fluxo de atendimento, incluindo triagem inicial das perguntas para identificar necessidades específicas, encaminhamento de consultas complexas para especialistas e analisar as ferramentas atuais de comunicação instantânea, implementando as oportunidades de melhorias tecnológicas aplicáveis.	31/10/2025	95%	GEMAC
		Criar campanhas de marketing ativo para aumentar o reconhecimento da marca, gerar leads e impulsionar as vendas, identificando o público-alvo para direcionar as estratégias de marketing, personalizando o conteúdo para abordar as necessidades e interesses.	Bimestral	96%	GEMAC
		Definir e executar, para cada certame, estratégias de marketing integradas que incluam a criação de tours virtuais ou vídeos dos imóveis elegíveis, considerando sua atratividade, relevância para compradores remotos, potencial de venda e os prazos da licitação, com possibilidade de organizar eventos de divulgação presenciais ou virtuais para apresentar os imóveis e esclarecer dúvidas dos interessados.	A cada certame	100%	GEMAC
		Realizar comparações entre diferentes campanhas para entender o desempenho relativo e identificar as estratégias mais eficazes, emitindo relatório consolidado ao final do exercício.	31/12/2025	100%	GEMAC
	Estabelecer 10 parcerias estratégicas (sindicatos, agentes de financiamento, etc.)	Analisar e identificar os setores ou organizações que possam ser parceiros estratégicos, como sindicatos, câmaras, conselhos, agentes de financiamento, imobiliárias, empresas de construção, entre outros, considerando o histórico, reputação e alinhamento estratégico para garantir sinergias potenciais, firmando 2 parcerias	31/12/2025	100%	Superintendência de Relacionamento com o cliente

	Otimizar a recuperação de créditos por meio da atualização contínua da base de dados, da realização de cobranças proativas com foco na maximização dos resultados financeiros e da apresentação de uma proposta ao Conselho de Administração e ao Estado para a implementação de uma campanha para quitação de créditos próprios e do Estado, com opções de pagamento à vista ou parcelado	Manter atualizada a base de dados disponível sobre a carteira de créditos próprios, incluindo informações sobre os devedores, tipos de empréstimo, situação dos processos judiciais, valor da carteira e possibilidade de êxito, com a análise de riscos respectiva e implementar as propostas de mitigação e de atuação estratégica.	31/12/2025	55%	Jurídico
		Elaborar uma proposta detalhada para a campanha de quitação de créditos, destacando benefícios como descontos, condições especiais e flexibilidade de pagamento, em conjunto com a criação de um portal exclusivo para negociação de créditos oriundos dos bancos antigos e garantir ampla visibilidade e divulgação, considerando as características da carteira e o perfil dos devedores.	31/05/2025	100%	GECRE
		Analisar no mínimo 100 processos ajuizados vinculados aos créditos, indicando para a GECRE aqueles em fase de cobrança administrativa/ acordo.	31/12/2025	100%	Juridico
		Realizar cobrança sistemática de pelo menos 120 créditos da carteira MGI e 120 créditos para a carteira do Estado.	31/12/2025	100%	GECRE
	Realizar todas as ações a cargo da MGI visando à habilitação ao FCVS de todos os contratos depurados (270), protocolando os recursos para 1035 pedidos negados.	Analisar 103 contratos e depurar os elegíveis e entrar com recurso de 468 contratos negados (elegíveis).	31/12/2025	87%	GECRE
		Entrar com a habilitação de todos contratos depurados até 15/12/2025.	31/12/2025	100%	GECRE
Desenvolver a identidade corporativa como referência na alienação de imóveis públicos	Consolidar a MGI como referência nacional em gestão, regularização e venda de imóveis públicos, promovendo a marca por meio da criação de conteúdo especializado, campanhas de marketing direcionadas a entes públicos, garantindo aumento de 20% na visibilidade da Companhia e gerando 15% mais leads.	Produzir e promover conteúdo relevante sobre venda, gestão e regularização de imóveis públicos, incluindo co-marketing, campanhas educativas para entes públicos e colaboração com o Mercado Imobiliário Privado.	31/12/2025	100%	Superintendência de Relacionamento com o cliente
		Participar e organizar eventos do setor imobiliário, destacando a expertise da MGI, fortalecendo a marca, promovendo networking e divulgando cases de sucesso.	Contínuo	100%	Superintendência de Relacionamento com o cliente

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS					
Garantir a conformidade, integridade e ética nas práticas de gestão	Revisar anualmente a gestão de riscos da Companhia por meio do mapeamento periódico, promovendo as necessárias adaptações e reformulações nas políticas, planos e controles estabelecidos e as respectivas campanhas educativas	Realizar a Semana de Promoção da Integridade.	30/11/2025	92%	NIGRI
		Realizar o mapeamento periódico de riscos, identificando vulnerabilidades e avaliando a necessidade de eventuais adaptações e reformulações nos planos de mitigação e ações corretivas correspondentes.	31/10/2025	99%	NIGRI
Garantir o cumprimento do planejamento por meio do monitoramento contínuo	Implementar monitoramento contínuo que avalie, trimestralmente, o progresso das ações previstas no planejamento, garantindo pelo menos 90% de execução das atividades dentro dos prazos estabelecidos, bem como o cumprimento das obrigações legais da Companhia	Garantir o registro da execução das atividades, respectivo progresso, com o nome dos responsáveis e verificação das taxas de conclusão dentro do prazo.	Mensal	100%	Superintendência Administrativo-Financeira e de Governança
		Identificar gargalos e atrasos, apontando causas e impactos no planejamento geral e nos prazos legais, comparando os resultados com a meta de 90% de execução para verificar a conformidade, implementando as ações corretivas necessárias.	Mensal	100%	Superintendência Administrativo-Financeira e de Governança
Implementar soluções para melhoria e simplificação de processos internos	Revisar os processos internos e seus fluxos, identificando áreas de ineficiência, gargalos e oportunidades de simplificação, implementando as melhorias necessárias.	Implementar melhorias para mitigar os riscos levantados em 2024, mantendo o mapeamento de riscos atualizado e promovendo a adequação normativa necessária.	30/06/2024	86%	Todos os setores
		Analisar e otimizar os fluxos de atividades do setor, buscando agilidade e eficiência sem comprometer legalidade e conformidade.	31/12/2025	100%	GELIC
		Avançar na integração e automação de sistemas financeiros e contábeis para melhorar a gestão corporativa.	30/11/2025	CANCELADA: processo de atualização do sistema Totvs não foi concluído a tempo pelo fornecedor.	GECON

PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO					
Promover o desenvolvimento e aprimoramento das competências e habilidades dos colaboradores, bem como fomentar o engajamento e a motivação, garantindo uma gestão eficaz de pessoas	Aprimorar as competências do corpo funcional visando a excelência no desempenho das operações.	Capacitar os colaboradores, de acordo com as atividades desempenhadas e as necessidades mapeadas, promovendo a cultura do aprendizado e crescimento.	31/12/2025	100%	GERHU
	Fomentar o engajamento e a motivação dos colaboradores, fortalecendo a cultura do bem-estar, do reconhecimento e da valorização	Propor a atualização do PCSC - Plano de Cargos e Salários e Carreiras, incluindo cargos cuja demanda se justifica, para melhor alinhamento às demandas organizacionais e eliminação de pontos controversos.	31/12/2025	25%	Superintendência Administrativo-Financeira e de Governança
		Avaliar as alternativas para mitigar os impactos do déficit de pessoal e garantir a continuidade das operações, considerando a realocação estratégica de recursos humanos, priorização de atividades essenciais e ampliação do quadro de pessoal, apresentando proposta ao Conselho de Administração	30/11/2025	50%	Superintendência Administrativo-Financeira e de Governança
		Implementar iniciativas integradas de valorização de pessoas, promovendo o engajamento e a motivação por meio do Programa de Qualidade de Vida e propositura de Programa de Reconhecimento	30/11/2025	50%	Superintendência Administrativo-Financeira e de Governança
	Desenvolver a cultura do planejamento e monitoramento contínuo e da gestão orientada para resultados	Capacitar líderes e equipes por meio de dinâmicas trimestrais voltadas para o planejamento e monitoramento estratégico, alinhando teoria e prática com foco no Plano de Negócios 2025 e no planejamento 2024/2028, promovendo a responsabilidade e o engajamento com os resultados organizacionais	Trimestral	100%	GERHU
		Implementar práticas integradas de monitoramento periódico das entregas estratégicas, avaliação colaborativa entre áreas e compartilhamento trimestral de resultados com toda a empresa, incentivando a cultura de prestação de contas, cooperação mútua e melhoria contínua	Trimestral	100%	Superintendência Administrativo-Financeira e de Governança

Trazemos abaixo alguns pontos importantes relacionados aos planos de ação com baixo nível de atingimento:

A execução do plano relacionado às prestações de contas de convênios foi impactada pela priorização das atividades relacionadas ao Programa de Pleno Pagamento dos Estados (Propag), em razão de sua relevância estratégica e dos prazos envolvidos. A necessidade de direcionamento dos esforços da equipe para essas demandas resultou no atingimento parcial da meta. As atividades remanescentes foram incorporadas ao planejamento estratégico 2026–2030, com metas e mecanismos de acompanhamento específicos para garantir sua conclusão.

A execução do plano de ação relacionado à manutenção do banco de dados dos créditos próprios não recebeu o nível de prioridade inicialmente previsto no planejamento, em função da concentração de esforços da área em outras demandas institucionais consideradas urgentes. Adicionalmente, os controles adotados mostraram-se insuficientes para sinalizar, em tempo oportuno, o risco de descumprimento do cronograma, impactando o percentual de execução alcançado. A Administração incorporou o plano de ação ao planejamento estratégico para o ciclo 2026–2030, com definição de metas quantitativas, indicadores de desempenho e mecanismos formais de monitoramento, de modo a assegurar sua plena execução e evolução nos próximos períodos.

A proposta de atualização do PCSC foi apresentada ao Conselho de Administração e ao CCGE, que solicitaram parecer jurídico independente para demanda pontual de alteração do plano que impacta a progressão de carreira específica do quadro de pessoal da Companhia. A contratação e entrega do parecer externo impactaram o cumprimento do plano dentro do cronograma previsto.

Em relação ao plano relacionado ao déficit de pessoal foi superada e descartada a solução por meio de um novo concurso público, passando-se à análise da possibilidade de terceirização de atividades meio, além de estudo voltado à identificação de processos passíveis de otimização e/ou aplicação de soluções de inteligência artificial, o que exigiu tempo superior ao inicialmente previsto, repercutindo no cronograma da atividade e, consequentemente, no seu nível de execução no exercício.

Por último, o plano de ação relacionado à valorização de pessoas teve duas etapas: a) a atualização do programa qualidade de vida e b) a apresentação de proposta de Programa de Reconhecimento, para o qual não houve diretriz para a propositura no contexto atual da Companhia de necessidade de ampliação das receitas operacionais.

A Administração avalia que os resultados alcançados em 2025 foram altamente positivos, tanto sob a ótica da execução técnica quanto do alinhamento institucional e da maturidade do planejamento, reforçando a consistência do modelo de gestão estratégica adotado pela Companhia.

O desempenho observado valida a viabilidade da implementação de um novo ciclo de Planejamento Estratégico para o período de 2026–2030 e posiciona a MGI para um estágio mais avançado de sua trajetória institucional, caracterizado pela expansão de suas atividades. Esse movimento será pautado pela diversificação das fontes de receita, pelo fortalecimento da presença junto ao setor público e pela ampliação dos impactos sociais e fiscais decorrentes de sua atuação.

A Companhia demonstrou, ao longo do exercício, elevada capacidade de entrega, forte engajamento das áreas e adequada organização interna, fatores essenciais para sustentar a execução de uma estratégia plurianual de maior complexidade. As ações implementadas consolidam um cenário de credibilidade operacional, ao mesmo tempo em que reforçam os mecanismos de governança e o posicionamento institucional da MGI como agente estratégico na gestão de ativos públicos.

4 – Recursos para custeio das políticas públicas:

As políticas públicas exercidas pela MGI são financiadas por meio de múltiplas fontes de recursos, diretamente vinculadas às naturezas jurídicas das atividades exercidas:

Política Pública	Fonte de Recursos
Suporte ao Desenvolvimento Estadual	Os repasses efetuados aos convenentes são oriundos de aportes de capital efetuados pelo Estado de Minas Gerais na MGI, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico.
Repasse de recursos ao Estado por meio de estruturação financeira (Direitos de Crédito Autônomos-DCA e Debêntures)	Os juros e amortizações da debênture vigente são pagos com recursos próprios da MGI, oriundos, principalmente, da receita de dividendos e juros sobre capital próprio provenientes dos seus investimentos em participação societária. Os pagamentos das opções vinculadas às debêntures são realizados com recursos próprios também oriundos da receita de dividendos e juros sobre capital próprio provenientes dos seus investimentos em participação societária, bem como de aumento de capital pelo Acionista Controlador.

Administração de ativos do Estado de Minas Gerais	Os custos decorrentes da administração de ativos do Estado de Minas Gerais são custeados pelas respectivas receitas de prestação de serviços.
Administração de ativos próprios	Os custos decorrentes da administração de ativos próprios são suportados pelas receitas geradas na recuperação dos créditos e venda dos imóveis.

5 – Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas:

(A) Os indicadores utilizados para mensuração do impacto econômico-financeiro das operações são os fluxos de caixa gerados.

(B) Em relação às políticas operacionalizadas com recursos advindos do Tesouro Estadual, os custos diretos incorridos pela Companhia correspondem à mão de obra utilizada na execução dessas ações. A contrapartida do custo incorrido pela Companhia são as receitas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos aportados pelo Estado de Minas Gerais.

(C) Quanto às ações realizadas com recursos próprios:

(i) **Participação societária:** os investimentos em participações societárias, com recursos próprios, devem ser precedidos de análise de viabilidade econômico-financeira. O retorno sobre o investimento se dá por meio das receitas de dividendos e juros sobre o capital próprio e/ou da venda desses ativos. Nos últimos anos, a Companhia não tem investido em novas participações societárias.

(ii) **Debêntures:** os fluxos de caixa gerados pela operação correspondem a:
(a) **Entradas:**; (a-1) proventos oriundos das ações CMIG4 vinculadas à 5ª emissão de debêntures; (a-2) valor de liquidação das opções de venda atreladas à 5ª emissão.
(b) **Saídas:** (b-1) pagamentos de juros e amortizações das debêntures; (b-2) valor de liquidação das opções de compra atreladas à 5ª emissão; (b-3) taxas e encargos relacionados à operação.

(iii) **Administração de Ativos do Estado de Minas Gerais:** o impacto econômico-financeiro do contrato de administração de ativos corresponde à diferença entre a receita de prestação de serviços e o respectivo custo.

(iv) **Administração de ativos próprios:** o impacto econômico-financeiro é medido pela diferença entre os valores arrecadados e os custos incorridos. Em relação à carteira oriunda do BEMGE, a rentabilidade da MGI corresponde a 10% do resultado positivo apurado. Quanto à carteira advinda do Credireal, a MGI faz jus à totalidade do resultado auferido.

6 – Comentário dos Administradores

O exercício de 2025 consolidou a maturidade do modelo de gestão estratégica da MGI, refletindo a capacidade da Companhia de executar, de forma consistente, as diretrizes estabelecidas em seu Planejamento Estratégico. O período foi marcado pelo avanço na qualidade da gestão, pelo

fortalecimento institucional e pela ampliação de sua atuação como agente estratégico na geração de valor público.

Com desempenho médio elevado nas perspectivas estratégicas, a Companhia apresentou resultados expressivos, com 92% de execução na perspectiva dos acionistas, 96% nos processos internos, 85% na perspectiva dos clientes e 71% em aprendizado e crescimento. Esse conjunto de indicadores evidencia elevada aderência entre o planejamento e a execução, bem como a consolidação de práticas de governança, organização e monitoramento orientadas a resultados.

Destaca-se, ainda, o avanço na qualificação da atuação operacional, com melhorias relevantes na gestão de ativos, na estruturação de processos e no desenvolvimento de soluções voltadas à ampliação da liquidez de carteiras complexas, mesmo diante de um cenário de progressivo esgotamento dos ativos históricos sob gestão.

No campo institucional, a MGI teve papel decisivo nas entregas associadas ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), cuja complexidade técnica e exigência de informações demandaram elevado nível de articulação, organização e capacidade analítica. As entregas realizadas pela Companhia foram essenciais para que o Estado de Minas Gerais cumprisse requisitos, estruturasse informações e atendesse às obrigações necessárias à sua adesão ao programa, reforçando o posicionamento da MGI como parceira estratégica na implementação de políticas públicas estruturantes.

De forma complementar, a Companhia avançou em iniciativas voltadas à modernização do atendimento ao cidadão, à melhoria da governança interna e à ampliação de sua base de atuação, incluindo a diversificação de clientes e a estruturação de novas frentes de negócio.

Nesse contexto, o desempenho de 2025 não apenas ratifica a consistência do modelo de gestão adotado, como também prepara a MGI para um novo ciclo de planejamento estratégico (2026–2030), voltado à expansão institucional, à diversificação de receitas e ao aumento do impacto social e fiscal de suas atividades. A trajetória observada demonstra que a Companhia reúne condições técnicas, organizacionais e institucionais para sustentar sua evolução e ampliar sua relevância no apoio à gestão pública.

Síntese dos Avanços Estratégicos e das Políticas Públicas Atendidas

a. Equilíbrio Fiscal do Estado de Minas Gerais

- Repasses de recursos ao Tesouro via venda de imóveis e recuperação de créditos;
- Cumprimento integral das obrigações da 5ª emissão de debêntures, assegurando reputação e solvência do Estado no mercado de capitais;

b. Regularização Patrimonial

- Execução qualificada de serviços de regularização e alienação de imóveis públicos, inclusive para a administração indireta (CEMIG, MGS);

- Estruturação de manuais técnicos, segmentações por perfil de imóvel e campanhas de marketing ativo, modernizando a experiência pública de alienação de bens;
- Avanço na governança dos convênios, com aproximadamente 77 prestações de contas julgadas e saneamento de passivos históricos com pagamento de parcelas em aberto.

c. Valorização do Corpo Funcional e Governança Institucional

- Capacitação técnica intensiva em áreas-chave como negociação, marketing imobiliário, regularização e integridade pública;
- Disseminação da gestão orientada para resultados, com mecanismos de monitoramento, responsabilização e prestação de contas institucionalizados;
- Atualização de programas de qualidade de vida

d. Eficiência Operacional e Racionalização de Recursos

- Adoção de rotinas automatizadas, ferramentas de monitoramento em tempo real e padronização de processos críticos;
- Controle de custos e contenção de despesas, com entregas robustas sem aumento relevante da estrutura administrativa;
- Contribuição direta à gestão de riscos, integridade e conformidade regulatória, elevando a resiliência (sugestão: trocar resiliência por eficiência e estabilidade) institucional da MGI.

7 – Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas:

Todas as informações relevantes relativas às políticas públicas foram detalhadas nos itens anteriores.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A MGI atendendo ao disposto no art. 8º, incisos III e VIII, da Lei Federal nº 13.303/2016 e ao art. 13, inciso III, do Decreto Estadual nº 47.154/2017, apresenta nesta Carta Anual as informações de Governança Corporativa, alinhados à Política Mineira de Promoção da Integridade.

1 – Atividades desenvolvidas

A MGI é uma sociedade anônima controlada pelo Estado de Minas Gerais. Suas principais atividades são:
(i) recuperação de créditos em liquidação oriundos de bancos estaduais extintos ou privatizados (Minascaixa, Bemge e Credireal), abrangendo tanto créditos próprios, adquiridos dos bancos privatizados mediante contrato de cessão, quanto créditos do Estado de Minas Gerais, mediante contrato de prestação de serviços.
(ii) alienação de bens imóveis próprios ou de terceiros, por meio de leilões e venda direta.
(iii) captação de recursos no mercado de capitais (emissão de debêntures);
(v) celebração de convênios que visem ao desenvolvimento estadual.

Missão
Atuar como braço estratégico da administração pública, prestando suporte técnico especializado em soluções voltadas para a gestão e saneamento de ativos, operações financeiras e apoio ao desenvolvimento socioeconômico, buscando o aperfeiçoamento e crescimento contínuos e pautando sua conduta ética e integridade.

Visão
Ser referência nacional na prestação de serviços técnicos especializados voltados ao setor público.

(A) Atuação no Setor de Recuperação de Direitos Creditórios

Aquisição de carteiras de créditos dos extintos bancos estaduais BEMGE e Credireal
A MGI adquiriu, mediante contratos de cessão, carteiras de créditos inadimplentes do Banco do Estado de Minas Gerais – BEMGE (R$ 410 milhões) e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais – Credireal (R$ 324 milhões), pelos valores simbólicos de R$ 18 mil e R$ 1 mil, respectivamente.

Remuneração da MGI: BEMGE: 10% dos valores recuperados, com 90% repassados aos antigos acionistas; Credireal: 100% dos valores recuperados pertencem à MGI.

Prestação de serviços à Fazenda Estadual
Desde 2003, a MGI administra e recupera créditos das extintas instituições financeiras estaduais BEMGE, Credireal e MinasCaixa, repassando integralmente os valores ao Estado e sendo remunerada semestralmente mediante emissão de nota fiscal de serviços.

Aquisição de Direitos de Crédito Autônomos
Em 2012, nos termos da Lei do Estado de Minas Gerais nº 19.266/2010, a MGI adquiriu, por R$ 1,819 bilhão, o direito autônomo de receber créditos tributários vencidos e parcelados de ICMS. A cessão não

transferiu a prerrogativa de cobrança judicial/extrajudicial, mantendo as garantias e condições originais do crédito. A operação excluiu valores destinados aos Municípios, ao FUNDEB e às ações judiciais, sendo definitiva e sem risco financeiro para o Estado.

Impacto financeiro: A carteira de Direitos de Crédito Autônomos passou a representar uma fonte relevante de receita para a MGI, atualizada monetariamente com base na taxa Selic.

(B) Serviços Destinados a Alienação de Bens Imóveis

A Companhia presta serviços técnicos destinados à alienação de bens imóveis por meio de leilões. Sua atuação compreende a regularização cartorária, tributária e documental, divulgação, avaliação mercadológica, realização dos leilões, conforme prescrito na lei de licitações (Lei 14.133/21) e na lei das estatais (Lei 13.303/16) e procedimentos pós-venda. Tem como principal cliente o Estado de Minas Gerais. O Planejamento Estratégico da Companhia prevê a celebração de novos contratos para prestação deste serviço a outros órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado.

Em 2025, foram celebrados contratos com Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerias – IPSEMG e da MGS -Minas Gerais Administração e Serviços.

(C) Emissões de Debêntures

A emissão de debêntures integra a estratégia operacional da MGI, prevista em seu estatuto, como mecanismo de captação de recursos para aquisição de créditos do Estado de Minas Gerais e contribuição ao sistema estadual de finanças.

Desde 2012, foram realizadas cinco emissões, com destaque para as seguintes:

- 2ª Emissão: debêntures subordinadas, no valor de R$ 1,819 bilhão, destinadas ao pagamento da carteira de Direitos de Crédito Autônomos; totalmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais e liquidadas em julho de 2022.
- 3ª Emissão: debêntures seniores, no valor de R$ 316 milhões, para amortização das debêntures subordinadas; liquidada em agosto de 2017.
- 4ª Emissão: público-alvo investidores qualificados, no valor de R$ 650 milhões, também para amortização das debêntures subordinadas, com garantia lastreada em ações preferenciais da CEMIG (CMIG4); liquidada em novembro de 2015.
- 5ª Emissão: igualmente no valor de R$ 650 milhões, destinada a reestruturar e substituir a 4ª emissão, buscando condições financeiras mais favoráveis.

Esse conjunto de operações reforça o papel da MGI como instrumento de apoio à gestão financeira do Estado, mediante estruturação de captações alinhadas às melhores práticas de governança e gestão de riscos.

(D) Convênios

A partir de outubro 2013, a MGI firmou convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, em parceria com Secretarias de Estado de Minas Gerais, com o objetivo de promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, tais como: obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias. Os repasses aos convenentes são viabilizados por aportes de capital efetuados pelo nosso acionista controlador, Estado de Minas Gerais. Desde 2019, a MGI não celebra novos convênios, atuando exclusivamente na análise das prestações de contas e nas medidas administrativas decorrentes, assim como no repasse de parcelas remanescentes

No exercício de 2025, a Companhia não celebrou novos convênios, mas deu continuidade à execução financeira da ação, efetuando o repasse aos convenentes de parcelas remanescentes de convênios celebrados em exercícios anteriores, no montante de R$1.556 mil.

(E) Participação Societária em Empresas do Território Mineiro

Em alinhamento ao direcionamento estratégico do Controlador Estado de Minas Gerais, a Companhia, atualmente, não tem concentrado sua atuação na realização de novas participações societárias, embora essa atividade permaneça prevista em seu objeto social. O foco institucional da MGI foi redirecionado para áreas relacionadas à gestão de ativos públicos, ao apoio à política estadual de desestatização, à valorização patrimonial do Estado e à sustentabilidade econômico-financeira da Companhia.

Nesse contexto, a estratégia atual privilegia a ampliação da prestação de serviços técnicos especializados à Administração Pública, com destaque para a administração, regularização e alienação de ativos imobiliários públicos, a recuperação de créditos em liquidação, o apoio à gestão patrimonial de órgãos e entidades estaduais, a estruturação de soluções voltadas ao equilíbrio fiscal do Estado.

Apresentamos abaixo as principais participações da Companhia em outras empresas (posição 31/12/2025):

INVESTIMENTOS	SETOR	PARTICIPAÇÃO (%)
Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais	Energia	2,28*
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	Financeiro	0,94
Copasa - Cia de Saneamento de Minas Gerais	Saneamento	0,13
Empresas do Grupo Gerdau	Siderurgia	0,02

CODEMGE - Companhia de Desenvolvimento Econômico de MG	Desenvolvimento Estadual	0,001

**Não computadas no percentual as ações emprestadas da CEMIG, vinculadas à operação de debentures/hedge, as quais representam 3,9%.*

A participação na Cemig, que correspondia a 1,67% em 31 de dezembro de 2024, aumentou para 2,28%* em 31 de dezembro de 2025. O aumento a cada ano decorre da devolução de parte das ações emprestadas ao UBS (Credit Suisse).

As ações emprestadas são devolvidas à MGI conforme cronograma expresso no Contrato de Empréstimo de Ações, em 19 partes iguais, a partir de julho de 2019, semestralmente até julho de 2028. No período em que as ações estiverem emprestadas, a MGI faz jus ao reembolso de quaisquer proventos distribuídos pela Cemig.

2 – Estrutura de controle (Posição em 31/12/2025)

Acionista	CNPJ/MF/CPF/MF	Quantidade de ações		% detido em relação à respectiva espécie de ações	
		Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Estado de Minas Gerais	18.715.615/0001-60	574.349.721	574.349.721	99,9845%	99,9845%
Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG	17.155.730/0001-64	53.307	53.307	0,0093%	0,0093%
Ações em Tesouraria	--	35.860	35.860	0,0062%	0,0062%
Total	**--**	**574.438.888**	**574.438.888**	**100%**	**100%**

3 – Fatores de risco

(A) A Companhia

Alguns negócios da Companhia podem deixar de ser rentáveis

Gestão e recuperação de ativos dos bancos estaduais extintos ou privatizados

A recuperação de créditos adquiridos do BEMGE e CREDIREAL envolve ativos de difícil liquidez e reduzida garantia, resultando na tendência de queda das receitas. O risco é agravado à medida que restam ativos de menor recuperabilidade. As estratégias da Companhia para mitigação desse risco são: (i) desenvolver estratégias para maximização dos resultados dessas operações; (ii) investir em novos

negócios, de modo que eventual prejuízo decorrente do negócio de recuperação de ativos não tenha impacto global relevante.

(B) A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Por sua condição de sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Minas Gerais, a MGI está sujeita ao risco inerente de influência do acionista controlador sobre decisões estratégicas, operacionais e financeiras. Embora legítima e prevista no modelo estatal, essa influência pode gerar situações em que os objetivos governamentais não coincidam integralmente com a maximização dos resultados econômicos da Companhia.

Para mitigação desse eventual risco, a MGI adota a Política de Transações com Partes Relacionadas, que estabelece critérios e controles para assegurar transparência, integridade, equidade e adequada gestão de potenciais conflitos de interesses nas relações com o controlador e demais partes relacionadas. Complementarmente, a Companhia utiliza o modelo das Três Linhas de Defesa, composto pelas áreas operacionais, pelas funções de integridade, riscos e controles internos e pela Auditoria Interna, além da supervisão exercida pelos órgãos de governança, fortalecendo os mecanismos de controle, monitoramento e conformidade previstos na Lei Federal nº 13.303/2016.

(C) A seus fornecedores

Não há riscos significativos. A MGI realiza due diligence e adota práticas alinhadas à Lei nº 13.303/2016 em todas as contratações.

(D) A seus clientes

A carteira de clientes da MGI é majoritariamente concentrada no Estado de Minas Gerais, o que expõe a Companhia ao risco de redução de receitas em caso de descontinuidade contratual.

Como forma de mitigação, a MGI vem ampliando sua atuação para outros entes da administração pública indireta, especialmente na alienação de imóveis, promovendo maior diversificação e diluição do risco de concentração.

O risco também decorre da antiguidade dos créditos e das condições de liquidez dos imóveis sob gestão, fatores que a Companhia busca superar mediante ações contínuas de regularização e estratégias para maximização dos resultados.

(E) Aos setores da economia nos quais o emissor atue

(i) Risco de crédito: a Companhia pode não ser capaz de receber o montante total de sua carteira de recebíveis

A carteira de recebíveis oriundos de créditos em liquidação adquiridos do BEMGE e do Credireal, cujos contratos datam de aproximadamente 30 anos, apresenta uma redução progressiva das receitas que é reflexo natural da antiguidade e da baixa liquidez dos ativos. Considerando o longo prazo dos processos judiciais respectivos sem que se consiga bens para satisfazer o crédito, a Companhia enfrenta o risco de prescrição intercorrente.

Apesar desse contexto, a MGI segue adotando medidas administrativas e judiciais para maximizar a recuperação de créditos, que em 2025 representou 9% da receita operacional líquida. Nos processos judiciais em que a Companhia não obtiver êxito, terá de arcar com ônus de sucumbência de difícil mensuração.

Os Direitos de Crédito Autônomos, adquiridos do Estado via 2ª emissão de debêntures subordinadas (liquidada em 2022), são monetariamente atualizados, compondo a receita operacional da MGI. Créditos com inadimplência superior a 90 dias são considerados rompidos, e os sem pagamento há mais de 5 anos são baixados definitivamente.

A realização desses créditos depende do fluxo de recebimento, afetado pela inadimplência dos contribuintes, sem possibilidade de atuação direta da MGI na cobrança.
O saldo da carteira e a variação monetária ativa vêm reduzindo devido ao reconhecimento das perdas efetivas, conforme baixados definitivamente. A redução da variação monetária ativa alivia o caixa, na medida em que evita a incidência tributária sobre uma receita sem perspectiva de entrada efetiva.

(ii) As sociedades nas quais a Companhia possui investimentos estão sujeitas aos riscos dos setores em que atuam

A MGI detém investimentos nos setores de energia, saneamento, financeiro e siderurgia, sendo os proventos da Cemig responsáveis por cerca de 99% das receitas de participação societária, que, por sua vez, corresponderam a 89% da receita líquida em 2024. Assim, reduções nos lucros ou mudanças nas políticas de distribuição dessas investidas podem impactar significativamente os resultados da Companhia.

O investimento na Cemig está vinculado ao cumprimento das obrigações da 5ª emissão de debêntures, garantidas pela alienação fiduciária das ações preferenciais (CMIG4) e seus direitos econômicos, que constituem também a principal fonte de recursos para o pagamento e amortização dessas debêntures.

(iii) Riscos de mercado: opções flexíveis sobre ações

As opções flexíveis sobre ações CMIG4, vinculadas à 5ª emissão de debêntures, com vencimentos semestrais até julho de 2028. São 109,4 milhões de opções de venda (ativo) e igual número de opções de compra (passivo), ajustadas conforme a distribuição de proventos da Cemig.

Em 2025, a MGI desembolsou R$ 250,9 milhões com a liquidação das tranches de janeiro e de julho. O valor justo estimado da exposição líquida em 31/12/2025 era de R$ 773 milhões, refletindo a volatilidade do mercado de capitais e a incerteza quanto ao desembolso futuro, monitorado trimestralmente via "OVME" – Bloomberg.

(iv) Risco de liquidez: 5ª emissão de debêntures e obrigações vinculadas

A liquidez da MGI depende dos proventos da CEMIG, principal fonte para cumprir as obrigações da 5ª emissão de debêntures e os pagamentos das opções flexíveis sobre ações, ambos sujeitos à volatilidade de mercado.

Para mitigar esse risco, além do monitoramento contínuo do fluxo de caixa e da avaliação de cenários, a MGI conta com o reforço de capital realizado pelo acionista controlador, sempre que necessário, para assegurar a disponibilidade de recursos nas datas de pagamento das opções.

Caso ainda assim faltem recursos, as garantias reais vinculadas à operação são suficientes para sua liquidação, resguardando os investidores.

(v) Riscos relativos aos convênios celebrados

A MGI atua como operadora financeira em convênios firmados com entes públicos municipais, autarquias e fundações, sob governança definida pelo Decreto nº 43.619/2013. A responsabilidade técnica pela execução e fiscalização cabe às Secretarias de Estado, enquanto à MGI compete realizar os pagamentos e realizar os julgamentos das prestações de contas. Os pagamentos são realizados mediante autorização do Comitê Gestor do Programa de Investimentos (CGMGI) e integralização de capital pelo acionista controlador.

Parecer jurídico independente (2017) que avaliou os riscos de responsabilização administrativa dos gestores da MGI nos casos de inadimplência previstas, tais como (a) convênios que estão com a prestação de contas em atraso; (b) convênios que tiveram sua prestação de contas reprovada e; (c) convenentes com débitos/irregularidades perante a administração pública, concluiu que no tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e art. 158 da Lei 6.404/76.

A MGI, portanto, zela pela adequação dos controles internos, especialmente quanto à instauração de Tomada de Contas Especial nos casos previstos, bem como a adoção de todas as medidas administrativas previstas na governança que rege a matéria, e a interlocução constante com as secretarias intervenientes e os convenentes. Além disso, há previsto no Plano de Negócios metas anuais relacionadas às análises dos convênios, bem como à instauração de tomadas de contas.

(vi) Riscos relacionados às condições econômicas do Brasil e do Estado de Minas Gerais

A MGI está exposta a riscos decorrentes das condições macroeconômicas nacionais e estaduais, que afetam diretamente sua capacidade de geração de receitas e o cumprimento de obrigações financeiras. No âmbito nacional, medidas governamentais relacionadas ao controle da inflação, política fiscal, variação das taxas de juros podem impactar negativamente as operações da Companhia. A elevação de juros, por exemplo, amplia os custos vinculados às debêntures indexadas à taxa DI, enquanto pressiona a capacidade de pagamento do mercado como um todo, afetando a recuperação de créditos e a liquidez.

No contexto estadual, a saúde fiscal do Estado de Minas Gerais influencia diretamente os negócios da MGI, dada a sua dependência de aportes e de contratos firmados com o próprio Estado, especialmente no que tange à gestão de ativos públicos e a realização dos recebimentos da carteira de Direitos de Crédito Autônomos, cuja liquidez depende da capacidade do Estado em gerir, fiscalizar e manter os parcelamentos.

Adicionalmente, a conjuntura econômica afeta o mercado de capitais e as empresas investidas pela MGI, impactando na distribuição de proventos e no valor de garantias lastreadas em ações. Assim, oscilações na economia podem gerar efeitos relevantes sobre o resultado operacional, o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia.

Por esses motivos, a MGI mantém uma política de monitoramento constante destes cenários, buscando mitigar riscos e ajustar sua estratégia frente às variações do ambiente econômico.

(vii) A Companhia e o cenário de inflação alta

Em 2025, o Brasil manteve um cenário de pressão inflacionária, com o IPCA acumulando alta de 4,26%, em patamar próximo ao limite da meta oficial de 4,5%. Esse ambiente potencializa a desvalorização real das receitas futuras.

Para mitigar esses impactos, a MGI adota estratégias de renegociação contratual, otimização de custos e busca contínua por eficiência operacional.

(viii) A Companhia pode ser prejudicada pelas altas taxas de juros

O ambiente de taxas de juros elevadas impacta negativamente a MGI, ampliando o custo financeiro associado às debêntures indexadas à taxa DI, que representam um dos principais passivos da Companhia.

No último exercício, o Brasil passou por uma alta significativa da taxa de juros nominal, com a Selic iniciando o ano em 12,25% e, após oscilações, encerrando 2025 em 15,00%. Esse cenário reforçou a pressão sobre os encargos financeiros da MGI.

Embora a Companhia mantenha ativos indexados à SELIC e à taxa DI — como a carteira de Direitos de Crédito Autônomos e aplicações financeiras —, o saldo passivo supera o ativo, resultando em desvantagem líquida.

Consequentemente, há uma redução na margem financeira e um comprometimento da capacidade de geração de caixa, exigindo da MGI uma gestão rigorosa de risco financeiro e monitoramento permanente das condições de mercado.

(ix) Impactos advindos do mercado de capitais

As oscilações do mercado de capitais afetam diretamente a MGI, especialmente devido à sua exposição a empresas listadas na bolsa de valores, como Cemig, Copasa e Gerdau. A desvalorização dessas ações obriga a Companhia a reconhecer provisões contábeis para perdas em participações societárias, impactando negativamente o resultado contábil.

Além disso, há risco associado à perda de valor justo dos direitos creditórios sobre ações da Cemig emprestadas ao Credit Suisse, afetando o patrimônio da Companhia.

Ainda mais relevante é o risco decorrente do contrato de opções flexíveis sobre ações preferenciais da Cemig (CMIG4), cujos resultados variam conforme a cotação das ações e os proventos distribuídos. A valorização das ações implica desembolso financeiro adicional pela MGI, impactando não apenas o resultado contábil, mas também a sua liquidez.

Diante desses riscos, a Companhia mantém monitoramento contínuo e realiza estudos periódicos para definir estratégias de resposta e mitigação, preservando sua sustentabilidade financeira.

(x) A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e os resultados operacionais da Companhia.

Embora a MGI não atue diretamente no mercado internacional, a instabilidade cambial pode afetar indiretamente seus resultados, ao impactar o desempenho das empresas investidas e influenciar variáveis macroeconômicas, como inflação e taxa de juros.

(xi) Outras contingências relevantes

(i) A MGI, classificada como grande contribuinte pela Receita Federal, foi autuada em R$ 14,85 milhões, relativa à diferença de alíquota de PIS/COFINS sobre a Receita de Atualização de Direitos de Créditos Autônomos, referente a 2018-2019. A Companhia entende que aplicou corretamente a alíquota de 4,65% (receita financeira), enquanto a Receita sustenta que seria 9,25% (receita operacional).
A MGI apresentou recurso ao CARF, pendente de julgamento, com risco de perda classificado como possível.

(ii) Quanto às garantias da 5ª emissão de debêntures — incluindo ações da Cemig (CMIG4) alienadas e emprestadas ao Credit Suisse —, a Receita negou a restituição ou compensação de IRRF sobre os juros sobre capital próprio das ações emprestadas. A MGI recorreu administrativamente. Caso haja indeferimento, poderá:

- Deixar de receber R$ 7,5 milhões de créditos de 2015 e 2016;
- Ter que restituir R$ 32,2 milhões indevidamente compensados de 2018 a 2022 (valores sem multa e juros);
- Quanto a 2023, a compensação foi realizada, mas ainda não houve decisão definitiva;
- Para 2024, ainda não foi iniciada compensação de créditos dessa natureza.

A MGI acompanha de perto o desdobramento dos processos, avaliando eventuais impactos financeiros.

Está em andamento procedimento licitatório de credenciamento de especialista tributário objetivando atuação no judiciário para ambos os casos, se assim for necessário.

(F) Descrição dos principais processos judiciais administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas Controladas:

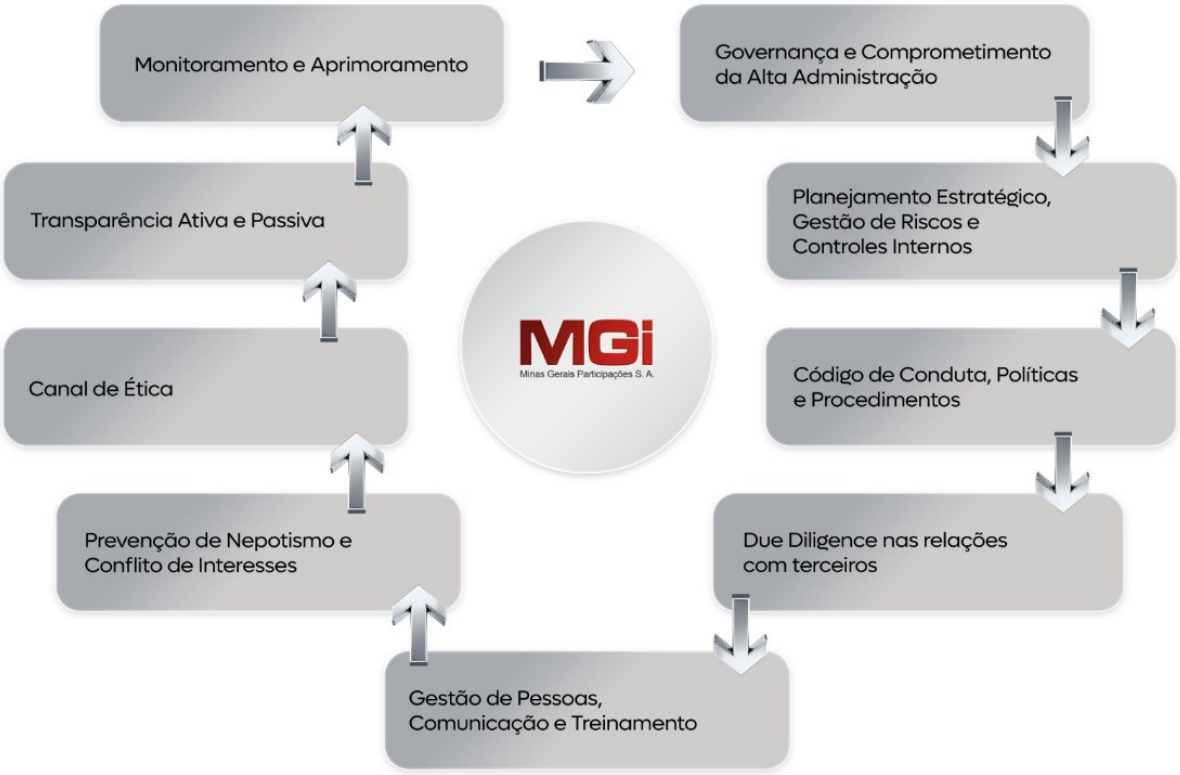
A MGI é parte em procedimentos administrativos e ações judiciais inerentes à sua atividade. Destaca-se a Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, ajuizada em 1990, para anular a alienação do controle do Banco Agrimisa S.A., realizada em 1989. Diante do risco, a Companhia provisionou a perda total do crédito em 2002.

Em 2022, a ação transitou em julgado, determinando o desfazimento da alienação. A MGI, com apoio da Advocacia-Geral do Estado, avaliou juridicamente o caso, inclusive a possibilidade de ação rescisória. Concluiu-se pela impossibilidade do cumprimento da sentença em razão das limitações de retorno ao status do Agrimisa antes da alienação.

Em 2024, concluiu-se due diligence contábil, patrimonial e jurídica, com as informações integradas aos registros e processos internos de governança da Companhia.

4 – Gerenciamento de Riscos

A Companhia possui um Programa de Integridade pautado nos seguintes pilares:



Aliada ao Programa de Integridade, a Política de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos é um importante instrumento que fornece diretrizes gerais para a integridade, gestão de riscos e controles internos da Companhia e se fundamenta pelos seguintes instrumentos legais e instruções normativas: (i) Lei 13.303/16 - Lei das Estatais e suas alterações posteriores; (ii) Decreto 47.154/17 e suas alterações posteriores; (iii) Decreto 48.419/2022; (iv) Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; (v) Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission; (vi) Declaração de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA; (vi) Estatuto Social da Companhia.

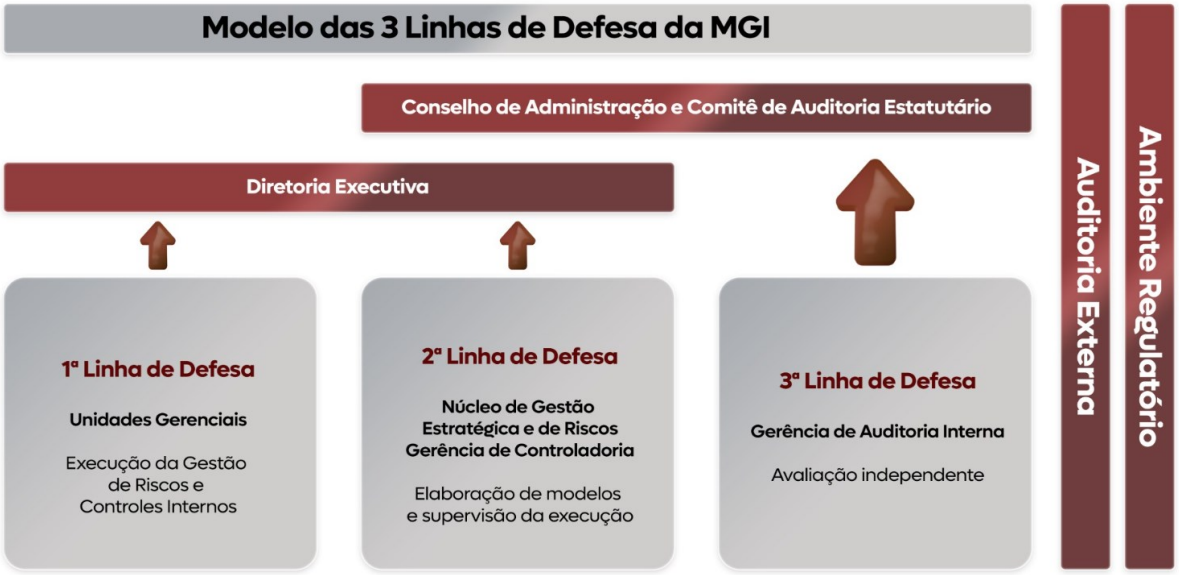
As diretrizes adotadas para a gestão de integridade são: (i) Comprometimento da alta direção com o Programa de Conformidade da Companhia; (ii) Busca da promoção da cultura ética e da integridade institucional, do respeito aos preceitos legais e aos normativos internos e externos; (iii) Transparência

ativa, por meio do fornecimento tempestivo de informações ao mercado, órgãos reguladores e demais partes interessadas; (iv) Implementação de mecanismos visando ao recebimento de informações sobre desvios de conduta, corrupção e fraudes dos administradores, empregados e prestadores de serviço; (v) Conscientização dos administradores e empregados sobre os padrões de comportamento esperados no relacionamento com cidadãos, setor público e privado e grupos de interesses na execução das atividades da Companhia, (vi) Promoção da integridade e conformidade com base nos eixos:

As diretrizes adotadas para a gestão de riscos são: (i) Definição do perfil de riscos da Companhia; (ii) Gestão de riscos alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia; (iii) Sistematização da Gestão de Riscos com base nas melhores práticas de governança corporativa, possibilitando a manutenção dos riscos dentro de padrões aceitáveis, conforme perfil de riscos da Companhia; (iv) Definição de parâmetros para a identificação, classificação, avaliação, mensuração e tratamento dos riscos; (v) Fortalecimento do sistema de tomada de decisão embasado em estudos técnicos, operacionais, jurídicos e econômico-financeiros, com fim de prover aos gestores da Companhia informações íntegras sobre os riscos envolvidos nas transações; (vi) Adoção de procedimentos de controles internos proporcionais aos riscos e baseados na análise de custo-benefício; (vii) Monitoramento contínuo dos riscos.

A periodicidade de reavaliação de riscos e da revisão de políticas e procedimentos é anual.

A Companhia adota o modelo das 3 linhas de defesa, conforme especificado abaixo:



5– Dados econômico-financeiros

(A) Informações financeiras selecionadas

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
a) Patrimônio Líquido (em R$mil)	1.256.616	1.248.280	955.893
b) Ativo Total (em R$mil)	2.572.960	2.605.726	2.080.318
c) Receita Líquida (em R$mil)	319.944	243.325	242.601
d) Resultado Bruto (em R$mil)	(37.003)	(3.579)	(12.494)
e) Resultado Líquido (em R$mil)	(61.758)	37.555	(65.853)
f) Número de Ações, ex-tesouraria	574.403.028	574.403.028	574.403.028
g) Valor Patrimonial da Ação (em reais)	2,18769	2,17317	1,66415
h) Resultado Básico por Ação (em reais)	(0,11)	0,07	(0,11)
i) Resultado Diluído por Ação (em reais)	(0,11)	0,07	(0,11)
j) Outras informações contábeis selecionadas: Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.			

(B) Medições não contábeis

(i) Valor das medições não contábeis

(a) LAJIDA e LAJIDA ajustado

Em 31 de dezembro de 2025, a MGI apurou LAJIDA (EBITDA) negativo de R$ 83.146, contrastando com o resultado positivo de R$ 17.231 registrado no mesmo período do exercício anterior. Tal variação evidencia uma deterioração na capacidade de geração operacional de caixa no período.

No que se refere ao LAJIDA ajustado, foi registrado resultado negativo de R$ 49.495 em 31 de dezembro de 2025, frente ao montante também negativo de R$ 11.971 no exercício anterior, indicando agravamento das pressões operacionais, mesmo após os ajustes realizados.

Esse desempenho reflete a persistência de impactos relevantes decorrentes, principalmente, de operações com opções, debêntures e direitos de créditos autônomos, os quais continuam a exercer influência significativa sobre o resultado operacional, mantendo o LAJIDA ajustado em patamar negativo.

(b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024		
(Valores expressos em R$ mil)	2025	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	**(61.758)**	**37.555**	**(65.853)**
(+) Despesas financeiras líquidas	(47.654)	(37.707)	(38.669)
(+) Imposto de Renda e Contribuição social	26.233	17.357	29.035
(+) Depreciação e Amortização	33	26	21
LAJIDA	**(83.146)**	**17.231**	**(75.466)**
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	24.988	(19.930)	33.780
(+) Impairment dos Direitos de Crédito Autônomos	9.069	(9.969)	(263.960)
(+) Provisão para Perdas em Participações Societárias	(925)	191	(756)
(+) Reclassificação de Outros Resultados Abrangentes para Resultado	519	508	1.196
(+) Impairment dos Imóveis Disponíveis para Venda			
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajuste no Reconhecimento Inicial			
LAJIDA AJUSTADO	**(49.495)**	**(11.971)**	**(65.853)**

c) Política de destinação dos resultados

A administração, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e em conformidade com a Política de Distribuição de Dividendos e com o Capítulo X do Estatuto Social, apresenta anualmente à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas proposta sobre a destinação do lucro líquido remanescente após as seguintes deduções e provisões legais. A seguir apresentados os dados relativos ao exercício de 2025.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
	2025	2024	2023
	(Em milhares de Reais)		
a) regras sobre retenção de lucros	Do lucro líquido do exercício deduzir-se-ão 5% para constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social e a soma desta e de outras reservas de capital não excederá 30% do mesmo capital. Não possuímos previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.		
a.1) Valores das Retenções de Lucros	A Companhia não constituiu reserva legal e retenção de lucros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, devido a prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.	Apesar de ter obtido lucro no exercício de 2024, a Companhia não constituiu reserva legal e retenção de lucros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, devido a prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.	A Companhia não constituiu reserva legal e retenção de lucros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, devido a prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.
b) regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei.		
b.1) Valores dos Dividendos Distribuídos	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo, não havendo distribuição de Dividendos e Juros sobre o capital próprios em razão dos prejuízos acumulados.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia auferiu lucro, mas não ocorreu distribuição de Dividendos e Juros sobre o capital próprios em razão da dedução dos prejuízos acumulados.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo, não havendo distribuição de Dividendos e Juros sobre o capital próprios em razão dos prejuízos acumulados.
c) periodicidade sobre as distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos aos nossos acionistas ocorre anualmente, conforme deliberação em AGO, salvo decisão da Assembleia Geral em contrário. Conforme artigo 60 do Estatuto Social, podem ser declarados dividendos intermediários baseados em balanços semestrais ou trimestrais, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das nossas reservas de capital. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio podem ser imputados ao valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.		
d) restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Lei das Sociedades por Ações prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Não estamos sujeitos a restrições à distribuição de dividendos impostas por lei, contratos, decisão judicial, administrativa ou arbitral.		

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
	2025	2024	2023
	(Em milhares de Reais)		
e) política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação, e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial onde o documento pode ser consultado	A Política de Distribuição de Dividendos da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião do dia 29/06/2018, e está divulgada em seu sítio eletrônico.		

(C) Distribuições de dividendos e retenções de lucro

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Lucro Líquido (em R$ mil)	(61.758)	37.555	(65.853)
Lucro líquido ajustado para fins de dividendos (em R$ mil)	(61.758)	37.555	(65.853)
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	-	-	-
Dividendo distribuído (em R$ mil)	-	-	-
Data de pagamento do dividendo	-	-	-
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido (%)	(4,91)	3,00	(6,89)
Lucro líquido retido (em R$ mil)	-	-	-
Data da aprovação da retenção	-	-	-

	2024		2023		2022	
	Montante	Data Pgto	Montante	Data Pgto	Montante	Data Pgto
JSCP	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-

(i) Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais:

Nos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025 a MGI não declarou dividendos com base em lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

(ii) Outras informações relevantes

A Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2025 deliberou a não distribuição de juros sobre o capital próprio - JCP e dividendos relativos ao exercício de 2024, com o intuito de reduzir os prejuízos acumulados, conforme preconizam o artigo 189, da Lei 6.404/76, e o artigo 56 do Estatuto Social.

(D) Níveis de endividamento, características das dívidas, capacidade de pagamento e fontes de financiamento

(i) Composição do endividamento

POSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	2025	2024	2023
Valor do endividamento (em R$ mil) (Passivo Total)	1.316.344	1.357.446	1.124.425
Valor do Patrimônio Líquido (em R$ mil)	1.256.616	1.248.280	955.893
Participação de Capital de Terceiros (Passivo Total / Patrimônio Líquido)	105%	109%	118%
Composição do Endividamento Passivo Circulante / Passivo Total)	30%	24%	21%
Natureza do endividamento:			
Passivo operacional (fornecedores a pagar; salários e encargos sociais a pagar; tributos a recolher; obrigações por repasse; passivo fiscal diferido)	13%	8%	5%
Opções flexíveis de compra sobre ações (hedge da 5ª emissão de debêntures)	59%	61%	52%
Debêntures com garantia real (5ª emissão)	28%	30%	41%

(a) 13% do endividamento corresponde ao passivo operacional composto por: fornecedores a pagar; salários e encargos sociais a pagar; tributos a recolher; obrigações por repasse (valores arrecadados com a venda de imóveis de terceiros, a repassar após regularização documental, conforme contrato de prestação de serviços; saldo de convênios a repassar); passivo fiscal diferido;

(b) 59% corresponde ao contrato de opções flexíveis de compra, celebrado com o Banco Credit Suisse;

(c) 28% corresponde a debêntures da espécie com garantia real (5ª emissão), com vencimento em 2032. A 5ª emissão é garantida, principalmente, por ações preferenciais emitidas pela Cemig, de propriedade da MGI, e recursos mantidos em conta vinculada.

(d) Quanto ao prazo de exigibilidade, do endividamento total em 2025, 30% corresponde a obrigações exigíveis a curto prazo. O aumento do percentual em relação a 2024 tem como fator principal

o aumento no valor das opções flexíveis de compra devido aos ajustes ocorridos no preço de exercício e aumento nas quantidades de ações das opções, fruto das deliberações de dividendos e bonificações de ações.

No exercício de 2025, observou-se redução no nível de endividamento, que totalizou R$ 1.316.344 mil, em comparação a R$ 1.357.446 mil em 2024. A redução verificada em 2025 decorre, principalmente, da diminuição das opções flexíveis, influenciada pelo pagamento de tranches ocorridas nos meses de janeiro e julho, bem como pela redução no saldo de debêntures, em função da quitação das parcelas semestrais. Por sua vez, o aumento observado entre os exercícios de 2023 e 2024 está associado, majoritariamente, à elevação do valor das opções flexíveis de compra. Esse movimento foi impulsionado pelos ajustes no preço de exercício e pelo incremento na quantidade de ações vinculadas às opções, refletindo os efeitos das deliberações de distribuição de dividendos e bonificações em ações ocorridas ao longo de 2024.

(i) Característica das dívidas

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos, nem outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das emissões de debêntures. Entre as dívidas quirografárias não existe grau de subordinação contratual e os contratos com garantia real possuem as preferências e prerrogativas previstas em lei.

As cláusulas restritivas impostas à empresa são os covenants das debêntures de 5ª emissão, que consistem no Índice de Cobertura (IC): dado pelo quociente entre: (i) quantidade de ações alienadas multiplicada pela cotação média; (ii) saldo devedor líquido subtraído o valor do Hedge. O saldo devedor líquido corresponde ao saldo devedor deduzido o saldo da conta vinculada às debêntures; o Hedge é dado pelo produto da quantidade de opções de venda e do preço de exercício dessas opções. Caso o IC, que é apurado em todos os dias úteis, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o IC no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o IC seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o IC retornar ao patamar de 185%. A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia de forma que o IC atinja, no mínimo, 160%, em até dois dias após o rompimento.

As dívidas mais relevantes para a Companhia são as debêntures e contratos associados.

Obrigações da Companhia de acordo com natureza e prazo de vencimento:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (em R$ mil)					
Tipo de dívida	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos	Superior a 3 anos e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Garantia Real	76.632	83.559	83.560	119.477	363.228
Flutuante	-	-	-	-	-
Quirografária	-	-	-	-	-
Total	76.632	83.559	83.560	119.477	363.228
Observações: A totalidade das dívidas corresponde às debêntures da 5ª emissão da Companhia. As debêntures estão apresentadas pelo valor justo, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras, diferindo, portanto, do valor nominal apresentado no quadro 18.5. A Companhia não possui outros empréstimos, financiamentos ou títulos de dívidas.					

(ii) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o atual perfil de endividamento, a posição de liquidez e as atividades desenvolvidas, a Diretoria entende que a Companhia possui condições adequadas para honrar suas despesas, dívidas e demais compromissos contratados, exceto para a cobertura das opções flexíveis sobre ações nas datas de pagamento semestral, momento em que serão necessários os aportes de capital, pelo Estado de Minas Gerais, na qualidade de acionista controlador, para assegurar o cumprimento dessas obrigações.

Em relação às obrigações de curto prazo, os indicadores de liquidez demonstram que a empresa possui ativos financeiros para seu cumprimento, conforme se verifica no índice de liquidez seca, que corresponde à relação entre o ativo circulante (subtraídos os imóveis mantidos para venda) e o passivo circulante (2,50 em dezembro de 2025, 2,41 em 31 de dezembro de 2024 e 2,60 em 31 de dezembro de 2023). O aumento deste índice em 2025 se deve principalmente ao aumento do ativo circulante proporcionalmente maior que o aumento do passivo circulante.

A liquidez geral, que mede a capacidade da Companhia para quitar suas obrigações tanto no curto quanto no longo prazo, também apresenta índices satisfatórios, conforme demonstrado abaixo.

	2025	2024	2023
	(Em milhares de reais)		
Ativo circulante	978.472	802.593	611.302
Ativo não circulante	1.594.488	1.803.133	1.469.016
Disponibilidades	141.116	144.368	140.767
Imóveis para venda	1.378	1.389	1.485
Passivo circulante	390.621	332.112	234.660
Passivo não circulante	925.723	1.025.334	889.765

Análise de Liquidez	2025	2024	2023
Liquidez geral (ativo circulante + ativo realizável a longo prazo / passivo circulante + passivo não circulante)	1,36	1,50	1,51
Liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante)	2,50	2,42	2,61
Liquidez seca (ativo circulante – imóveis para venda / passivo circulante)	2,50	2,42	2,61
Liquidez imediata (disponibilidades / passivo circulante)	0,36	0,43	0,60

(iii) Fontes de financiamento

(a) A Companhia não recorre a fontes de financiamento de capital de giro, bem como não utilizou nos últimos 3 exercícios e não tem planos de recorrer a financiamentos para capital de giro e tampouco para investimento em ativos não-circulantes para cobertura de deficiências de liquidez. A única fonte de financiamento de terceiros utilizada pela Companhia é a emissão de debêntures, não existindo, portanto, limites de utilização de financiamentos contratados.

(b) A Companhia realizou captações de recursos no mercado de capitais tendo como objetivo colaborar com o sistema estadual de finanças, viabilizando recursos para o Tesouro Estadual, em linha com seu objeto social. Nesse contexto, a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2025, endividamento decorrente da quinta emissão de debêntures, conforme detalhado abaixo:

(b.1) 2015 – 5ª Emissão de debêntures (garantia real)

A 5ª emissão de debêntures possui vencimento final em julho de 2032, com pagamento semestral de amortização e juros em janeiro e julho de cada ano. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor das debêntures era de R$ 363.228.

(E) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

(i) Hipóteses de resgates - as ações emitidas pela Companhia são todas ordinárias e, exceto pelas hipóteses de resgate previstas na legislação aplicável, não há qualquer outra hipótese de resgate de suas ações.

(ii) Fórmulas de cálculo do valor de resgate: os resgates serão efetuados com base no valor nominal da ação, ou seja, Capital social dividido pela quantidade de ações.

Análise Comparativa das Demonstrações Financeiras Consolidadas

(i) Apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras Consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, acompanhadas das análises horizontal e vertical. Em seguida, explanamos sobre as variações significativas nas rubricas mais relevantes.

ATIVO (em milhares de reais)	31/12/2025	AV (%)	31/12/2024	AV (%)	AH(%) (2025-2024)	31/12/2023	AV (%)	AH(%) (2024-2023)
Caixa e equivalentes de caixa	141.116	5,48	144.368	5,54	(2,25)	140.767	6,77	2,56
Títulos e valores mobiliários	290.916	11,31	198.721	7,63	46,39	84.869	4,08	134,15
Contas a receber de clientes e outros créditos	526.209	20,45	445.367	17,09	18,15	374.989	18,03	18,77
Opções flexíveis de venda	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos e JCP a receber	147	0,01	150	0,01	(2,00)	578	0,03	(74,05)
Tributos a compensar	19.926	0,77	13.809	0,53	44,30	10.000	0,48	38,09
Imóveis para venda	-	-	-	-		-	-	
Outras contas	158	-	178	0,01	(11,24)	99	0	79,80
Total do ativo circulante	**978.472**	**38,03**	**802.593**	**30,80**	**21,91**	**611.302**	**29,39**	**31,29**
Títulos e valores mobiliários	-	-	172.852	6,63	(100,00)	124.374	5,98	38,98
Contas a receber de clientes e outros créditos	806.039	31,33	1.053.391	40,43	(23,48)	949.596	45,65	10,93
Opções flexíveis de venda	-	-	17	0	(100,00)	1.108	0,05	(98,47)
Tributos a compensar	7.871	0,31	7.322	0,28	7,50	6.866	0,33	6,64
Depósitos judiciais	806	0,03	517	0,02	55,90	452	0,02	14,38
Imóveis para venda	1.378	0,05	1.389	0,05	(0,79)	1.485	0,07	(6,46)
Outros investimentos	778.267	30,25	567.509	21,78	37,14	385.064	18,51	47,38
Imobilizado	127	-	136	0,01	(6,62)	71	0	91,55
Intangível		-	-	-		-	-	
Total do ativo não circulante	**1.594.488**	**61,97**	**1.803.133**	**69,20**	**(11,57)**	**1.469.016**	**70,61**	**22,74**
Total do ativo	**2.572.960**	**100,00**	**2.605.726**	**100%**	**(1,26)**	**2.080.318**	**100%**	**25,26**

Caixa e equivalentes de caixa (Ativo Circulante)

A Companhia, em conformidade com o CPC 03 R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - item 3, classifica como Caixa e Equivalentes de Caixa os recursos mantidos em caixa, contas correntes e aplicações financeiras de liquidez diária. Por outro lado, as aplicações financeiras e as contas correntes vinculadas às debêntures emitidas e aos convênios celebrados, por não atenderem ao critério de conversibilidade imediata em caixa, são classificadas como Títulos e Valores Mobiliários.

No âmbito da 5ª emissão de debêntures, a Companhia deve atender ao Índice de Cobertura (IC), sendo que, sempre que esse covenant se apresenta abaixo do exigido, a MGI deve efetuar um complemento de garantia, mediante transferência de recursos para aplicação financeira da Companhia vinculada às debêntures. O referido covenant é impactado por variáveis exógenas, tais como a taxa de juros e as oscilações das ações CMIG4, que compõem parte da garantia. Os complementos de garantia implicam na transferência de valores de Caixa e Equivalentes de Caixa para Títulos e Valores Mobiliários.

Em 2025, observou-se uma leve redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa, refletindo, sobretudo, a dinâmica das operações da companhia ao longo do exercício.

(a) Títulos e Valores mobiliários (Ativo Circulante e Não circulante)

Essa rubrica é composta, preponderantemente, por aplicações financeiras vinculadas às debêntures emitidas pela companhia.
No exercício de 2025, observou-se uma redução de 21,71% no saldo da rubrica, em relação à 2024. Tal movimento decorre, principalmente, da utilização dos recursos para o pagamento de debêntures e de opções flexíveis. Ressalta-se que as fontes de geração associadas à rubrica — notadamente as receitas de participação acionária e os rendimentos das aplicações financeiras vinculadas às debêntures — não foram suficientes para compensar os desembolsos realizados no período.
No lado da geração, destacam-se a receita financeira oriunda das aplicações e as receitas de participação acionária relacionadas às ações da Cemig cedidas em operações de empréstimo. Já no lado do consumo, o principal fator corresponde ao pagamento de parcelas das debêntures da 5ª emissão.

(b) Contas a Receber de Clientes e Outros Créditos (Ativo Circulante e Não circulante)

Essa rubrica é composta por valores a receber de clientes e, predominantemente, pelos direitos creditórios decorrentes do empréstimo de ações ao Banco Credit Suisse, bem como pela carteira de direitos de crédito autônomos.
No exercício de 2025, comparado a 2024, observou-se uma redução de 11,11% no saldo da rubrica, motivada, principalmente, pela devolução de ações anteriormente emprestadas, em atendimento às exigências de garantia das debêntures da 5ª emissão, bem como às condições previstas nos contratos de empréstimo de ações.

(c) Tributos a compensar (Ativo Circulante e Não circulante)

Essa rubrica refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre aplicações financeiras, prestação de serviços e Juros sobre Capital Próprio (JSCP), passível de restituição ou compensação à medida que novos tributos a recolher sejam apurados.
No exercício de 2025, verificou-se variação positiva de 31,55% em relação ao exercício anterior, refletindo o aumento do saldo de créditos tributários disponíveis para compensação.

.

(d) Outros Investimentos (Ativo não Circulante)

Essa rubrica engloba os investimentos da Companhia em participações societárias.
No exercício de 2025, registrou-se um aumento de 37,14% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do retorno de ações anteriormente emprestadas, conforme mencionado no item (b). Tal movimento caracteriza-se como uma permuta contábil, na qual há redução do saldo de contas a receber, com contrapartida no aumento da rubrica de Outros Investimentos.

PASSIVO (em milhares de reais)	31/12/2025	AV (%)	31/12/2024	AV (%)	AH(%) (2025-2024)	31/12/2023	AV (%)	AH(%) (2024-2023)
Fornecedores e outras contas a pagar	348	0,01	312	0,01	11,54	340	0,02	(8,24)
Salários e encargos sociais	1.569	0,06	1.552	0,06	1,10	1.440	0,07	7,78
Tributos a recolher	6.217	0,24	5.359	0,21	16,01	11.738	0,56	(54,34)
Opções flexíveis de compra	289.095	11,24	232.237	8,91	24,48	132.753	6,38	74,94
Debêntures	76.632	2,98	73.352	2,82	4,47	79.773	3,83	(8,05)
Obrigações por repasse	16.760	0,65	19.300	0,74	(13,16)	8.616	0,41	124,00
Total do passivo circulante	**390.621**	**15,18**	**332.112**	**12,75**	**17,62**	**234.660**	**11,28**	**41,53**
Opções flexíveis de compra	483.922	18,81	595.144	22,84	(18,69)	456.638	21,95	30,33
Debêntures	286.596	11,14	334.343	12,83	(14,28)	382.089	18,37	(12,50)
Obrigações por repasse	22.730	0,88	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingência	12.927	0,50	12.408	0,48	4,18	11.900	0,57	4,27
Passivo fiscal diferido	119.548	4,65	83.439	3,20	43,28	39.138	1,88	113,19
Total do passivo não circulante	**925.723**	**35,98**	**1.025.334**	**39,35**	**(9,71)**	**889.765**	**42,77**	**15,24**
Total do passivo	**1.316.344**	**51,16**	**1.357.446**	**52,09**	**(3,03)**	**1.124.425**	**54,05**	**20,72**
Capital social	1.573.664	61,16	1.573.664	60,39	-	1.404.830	67,53	12,02
Ações em tesouraria	(5)	-	(5)	-	-	(5)	-	-
Prejuízos acumulados	(550.695)	(21,40)	(488.937)	(18,76)	12,63	(526.492)	(25,31)	(7,13)
Ajuste de avaliação patrimonial	233.652	9,08	163.558	6,28	42,86	77.560	3,73	110,88
Total do patrimônio líquido	**1.256.616**	**48,84**	**1.248.280**	**47,91**	**0,67**	**955.893**	**45,95**	**30,59**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.572.960**	**100,00**	**2.605.726**	**100,00**	**(1,26)**	**2.080.318**	**100,00**	**25,26**

(e) Debêntures (Passivo Circulante e Passivo não Circulante)

No exercício de 2025, a redução de 10,91% em relação ao mesmo período do ano anterior é explicada, principalmente, pela quitação de duas parcelas das debêntures da 5ª emissão, ocorridas nos meses de janeiro e julho. No período, a Companhia desembolsou o montante total de R$ 106.016 mil, incluindo pagamento de principal e encargos financeiros.

(f) Opções Flexíveis de Compra (Passivo Circulante e Passivo não Circulante)

No âmbito da 5ª emissão de debêntures, a MGI celebrou com o Credit Suisse, em 2015, contrato de opções flexíveis de compra sobre ações CMIG4, gerando um passivo cujo valor justo altera ao longo do tempo conforme as cotações da ação CMIG4 e os ajustes ocorridos nos parâmetros das opções. As opções de compra correspondem a um passivo para a Companhia.

No exercício de 2025, observou-se redução de 6,57% em relação a 2024, explicada, principalmente, pela menor influência da variação do valor de mercado da ação CMIG4 — que se manteve relativamente estável no período —, aliada ao impacto dos pagamentos de duas tranches de opções.

(g) Capital Social (Patrimônio Líquido)

Em 2025 não houve aportes de capital do acionista.
No exercício de 2024, o capital social elevou 12,02% em comparação com 2023, em função do recebimento de aportes de capital do seu acionista controlador.

(h) Prejuízos Acumulados (Patrimônio Líquido)

A conta de prejuízos acumulados apresentou um aumento de 12,63% em 2025 em relação ao ano anterior. De forma contrária, no exercício de 2024 em relação a 2023, houve uma redução de 7,13%. Os itens relacionados à rubrica serão abordados na análise das Demonstrações de Resultados.

(F) Análise comparativa de nossas Demonstrações de Resultados

Abaixo apresentamos análise comparativa de nossas Demonstrações de Resultados Consolidadas referentes aos exercícios de 2025, 2024 e 2023, destacando as receitas, custos e despesas que mais impactaram nossos resultados.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS *(em milhares de reais)*	31/12/2025	AV (%)	31/12/2024	AV (%)	AH(%) (2025-2024)	31/12/2023	AV (%)	AH(%) (2024-2023)
Receita	**319.944**	**100,00**	**243.325**	**100,00**	**31,49**	**242.601**	**100,00**	**0,30**
Custo dos serviços prestados	(356.947)	(111,57)	(246.904)	(101,47)	(44,57)	(255.095)	(105,15)	3,21
Resultado bruto	**(37.003)**	**(11,57)**	**(3.579)**	**(1,47)**	**(933,89)**	**(12.494)**	**(5,15)**	**71,35**
Despesas gerais e administrativas	(13.603)	(4,25)	(13.379)	(5,50)	(1,67)	(11.869)	(4,89)	(12,72)
Outras receitas (despesas)	1.078	0,34	4.961	2,04	(78,27)	2.645	1,09	87,56
Resultado de ajustes a valor justo	(24.988)	(7,81)	19.931	8,19	(225,37)	(33.780)	(13,92)	159,00
Provisão para contingências	(519)	(0,16)	(508)	(0,21)	(2,17)	(1.196)	(0,49)	57,53
Perda/reversão em participações societárias	925	0,29	(191)	(0,09)	584,29	756	(0,31)	(125,26)
Perda/reversão na recuperação de direitos creditórios	(9.069)	(2,83)	9.970	4,10	(190,96)	(19.549)	(8,06)	151,00
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**(83.179)**	**(26,00)**	**17.205**	**7,07**	**(583,46)**	**(75.487)**	**(31,12)**	**122,79**
Receitas financeiras	47.664	14,90	38.169	15,69	24,88	38.705	15,95	(1,38)
Despesas financeiras	(10)	-	(462)	(0,19)	97,84	(36)	(0,01)	(1.183,33)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**47.654**	**14,89**	**37.707**	**15,49**	**26,38**	**38.669**	**15,94**	**(2,49)**
Resultado antes dos impostos	**(35.525)**	**(11,10)**	**54.912**	**22,58**	**(164,69)**	**(36.818)**	**(15,18)**	**249,14**
Imposto de renda	(19.242)	(6,01)	(12.717)	(5,22)	(51,31)	(21.302)	(8,78)	40,30
Contribuição social	(6.991)	(2,19)	(4.640)	(1,91)	(50,67)	(7.733)	(3,19	40,00
Resultado do exercício	**(61.758)**	**(19,30)**	**37.555**	**15,43**	**(264,45)**	**(65.853)**	**(27,15)**	**157,03**

(a) Receita

Apresentamos no quadro abaixo o detalhamento da variação das receitas operacionais nos últimos três exercícios sociais.

Composição da Receita Operacional (em milhares de reais)	31/12/2025	AV(%)	31/12/2024	AV(%)	AH (%) 2025/2024	31/12/2023	AV(%)	AH (%) 2024/2023
Receitas de prestação de serviços	2.219	0,69	1.725	0,71	28,64	2.222	0,92	(22,37)
Receitas de recuperação de créditos	46.498	14,53	20.709	8,51	124,53	72.510	29,89	(71,44)
Receitas de variação monetária ativa (direitos de crédito autônomos)	4.669	1,46	4.129	1,70	13,08	15.725	6,48	(73,74)
Receita de participação acionária	284.308	88,86	229.344	94,25	23,97	173.231	71,41	32,39
Receitas de venda de imóveis	25	0,01	70	0,03	(64,29)	482	0,20	(85,48)
Impostos sobre serviços (ISS)	(96)	(0,03)	(78)	(0,03)	23,08	(108)	(0,04)	(27,78)
PIS/COFINS	(17.679)	(5,53)	(12.574)	(5,17)	40,60	(21.461)	(8,85)	(41,41)
Receita Líquida	**319.944**	**100,00**	**243.325**	**100,00**	**31,49**	**242.601**	**100,00**	**0,30**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou uma Receita Operacional Líquida de R$319.944, um aumento de 31,49% em comparação com os R$243.325 alcançados no mesmo período do ano anterior.

O crescimento da Receita Operacional Líquida nos períodos comparados decorreu principalmente de três fatores: primeiramente, a receita de participação acionária da Cemig, que, devido a bonificações em abril de 2024 e com a deliberação de dividendos e juros sobre capital próprio de R$ 1,65061 por ação (contra R$ 1,42542 no ano anterior), contribuiu para um aumento de 23,97%. Em segundo lugar, a receita de recuperação de créditos registrou um aumento significativo de 124,53% em relação ao mesmo período do exercício precedente, influenciada pela expressiva venda de um imóvel (R$33.818) atrelado a um crédito em liquidação da carteira BEMGE. Em terceiro lugar, a receita de prestação de serviços, embora de menor impacto na Receita Operacional Líquida total, expandiu-se em 28,64% em virtude de comissões sobre a comercialização de imóveis.

Em 2024, a Companhia registrou uma Receita Operacional Líquida de R$ 243.325, apresentando uma variação positiva de 0,30% em comparação ao mesmo período do exercício anterior, quando a Receita foi de R$ 242.601.

O aumento da Receita Operacional Líquida no período de 2024 em relação a 2023 foi impulsionado pela receita de participação acionária da Cemig, que, no período em análise, deliberou dividendos e juros sobre capital próprio no valor total de R$ 1,43 por ação, contra R$ 1,29 por ação no mesmo período do ano anterior. Esse aumento de 32,39% na receita é diretamente relacionado a essa deliberação.

Por outro lado, as demais receitas apresentaram redução, no período de 2025 em relação a 2024, com destaque para: (i) a receita de recuperação de créditos, que caiu 71,44%, em função de um recebimento expressivo e excepcional de precatório em junho de 2023; (ii) a variação monetária ativa, que apresentou uma redução de 73,74%, devido ao reconhecimento de perdas efetivas de créditos da carteira de direitos autônomos, cujo último pagamento de determinadas parcelas ocorreu há mais de cinco anos, resultando na redução do saldo da carteira corrigido e, consequentemente, no montante de juros reconhecido mensalmente; (iii) a receita de prestação de serviços, que, apesar de sua baixa representatividade na Receita Operacional Líquida, sofreu uma queda de 22,37% devido à redução nas vendas de imóveis de terceiros, impactando diretamente as comissões dessa receita.

(b) Custo

Apresentamos no quadro abaixo o detalhamento da variação do custo operacional nos últimos três exercícios sociais.

Composição do Custo Operacional (em milhares de reais)	31/12/2025	AV(%)	31/12/2024	AV(%)	AH (%) 2025/2024	31/12/2023	AV(%)	AH (%) 2024/2023
Pessoal	3.592	1,01	3.441	1,39	4,39	3.502	1,37	(1,74)
Obrigações por repasse	31.481	8,82	14.111	5,72	123,10	52.324	20,51	(73,03)
Serviços terceiros	5.399	1,51	2.797	1,13	93,24	1.092	0,43	155,86
Despesas judiciais	2.316	0,65	1.430	0,58	61,96	261	0,10	447,89
Juros sobre Debêntures	61.144	17,13	56.648	22,94	7,94	72.611	28,46	(21,89)
Encargos Financeiros com Opções	250.885	70,29	165.571	67,06	51,53	122.013	47,83	35,70
Amortização de custos de transação	405	0,11	405	0,16	-	405	0,16	-
Custos dos Imóveis Vendidos	11	-	96	0,04	(88,54)	464	0,18	(79,31)
Demais custos	1.714	0,48	2.408	0,98	(28,82)	2.423	0,95	(0,62)
Custo Operacional	**356.947**	**100,00**	**246.904**	**100,00**	**44,57**	**255.095**	**100,00**	**(3,21)**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o custo operacional totalizou R$356.947, representando um aumento de 44,57% em relação ao mesmo período do exercício anterior, quando foi de R$246.904.

Os custos mais relevantes em 2025 foram:

(i) Encargos financeiros com opções (70,29% do custo total): Totalizaram R$250.885, um aumento de 51,53% em relação ao ano anterior. Esse incremento decorreu das liquidações das tranches de opções de compra no período, influenciadas pelas deliberações de dividendos e JCP da Cemig em 2025, as quais reduziram o preço de exercício e aumentaram a quantidade de opções. O custo reflete a diferença entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicado pela quantidade de opções, sendo sensível às variações da cotação de CMIG4.
(ii) Juros sobre debêntures (17,13% do custo total): Apresentaram um aumento de 7,94% em relação ao ano anterior, devido à taxa DI, vinculada a Selic, estar em maior patamar neste período quando comparamos ao mesmo período do ano anterior. Este aumento foi suavizado pela redução do saldo de debêntures com a amortização ocorrida em janeiro e julho de 2025.
(iii) Obrigações por repasse (8,82% do custo total): Houve um aumento de 123,10% em comparação com o ano anterior, justificado pelo aumento do resultado da recuperação de créditos do Bemge no período. A venda expressiva de um imóvel em 2025 e um recebimento elevado de alvará, ambos vinculados a créditos em liquidação, geraram essa obrigação, pois 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação é destinado aos ex-acionistas do Bemge, conforme contrato de cessão.

Embora os demais custos tenham pouca representatividade em relação ao total da Companhia, alguns merecem destaque devido às significativas variações observadas. A maior parte do montante relacionado aos 'Serviços de terceiros' corresponde a honorários advocatícios, sendo R$3.381 referentes à recuperação de crédito proveniente da venda de um imóvel situado em Belo Horizonte por R$33.818 e R$956 referente ao alvará recebido (R$9.560) vinculado à recuperação de crédito. As 'Custas judiciais' são compostas em sua grande maioria por honorários sucumbenciais, os quais estavam previstos no orçamento, no valor total de R$ 1.879.

(G) Resultado Financeiro Líquido

Essa rubrica refere-se, preponderantemente, a receitas financeiras provenientes de valores aplicados em instituições financeiras públicas e privadas, alocados em fundos de investimento conservadores e títulos de renda fixa lastreados em títulos federais, com rentabilidade próxima a 100% da taxa DI, deduzidas as despesas financeiras, notadamente IOF e tarifas bancárias.

No exercício de 2025, o resultado financeiro líquido apresentou crescimento de 26,38%, passando de R$ 37.707, em 31 de dezembro de 2024, para R$ 47.654, em 31 de dezembro de 2025. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo ciclo de elevação da taxa Selic iniciado em meados de 2024, aliado ao aumento dos saldos médios de aplicações financeiras ao longo do período.

Por sua vez, em 2024, o resultado financeiro líquido registrou leve retração de 2,49% em relação a 2023, passando de R$ 38.669 para R$ 37.707. Esse comportamento reflete, sobretudo, o ambiente de taxas de juros em patamares mais baixos observado ao longo daquele exercício, quando comparado ao ano anterior.

(H) Resultado do Exercício

O fator preponderante para o prejuízo líquido no valor de R$61.758, auferido pela Companhia em 2025, está relacionado a fatores mercadológicos, principalmente relacionados aos encargos financeiros com opções flexíveis de ações.

O fator determinante para o resultado líquido positivo de R$ 37.555 registrado pela Companhia em 2024 está relacionado a fatores mercadológicos exógenos, como a receita de participação acionária e o ajuste ao valor justo das ações emprestadas CMIG4, com impactos atenuados pelos encargos financeiros relacionados às opções flexíveis de ações.

(I) Considerações da Diretoria Executiva sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

O exercício de 2025 foi marcado pela continuidade do fortalecimento institucional da MGI, evolução de suas atividades operacionais e ampliação de sua atuação estratégica junto ao Estado de Minas Gerais.

Ao longo do período, a Companhia manteve regularidade no cumprimento de suas obrigações, preservando sua capacidade operacional, sua solvência patrimonial e seus compromissos institucionais, mesmo diante de um cenário macroeconômico desafiador e da permanência dos impactos associados às operações financeiras estruturadas vinculadas à 5ª Emissão de Debêntures e instrumentos correlatos.

A evolução das receitas operacionais, o fortalecimento da prestação de serviços especializados, a ampliação da atuação na gestão patrimonial e os avanços relacionados à diversificação de receitas

evidenciam o processo gradual de transformação institucional da Companhia e o alinhamento das ações implementadas às diretrizes do Planejamento Estratégico.

Os resultados econômicos do exercício permaneceram influenciados, de forma relevante, pelas oscilações do mercado de capitais, especialmente em razão da estrutura financeira vinculada às operações de hedge e debêntures, cujos efeitos possuem elevada sensibilidade a fatores exógenos, como taxas de juros e comportamento das ações da CEMIG.

Ainda assim, a Administração avalia que a Companhia encerrou o exercício com estrutura patrimonial sólida, adequada capacidade de liquidez e evolução consistente de seus mecanismos de governança, gestão de riscos e planejamento institucional.

Paralelamente, foram intensificados os estudos e medidas voltados ao aprimoramento da gestão dos passivos financeiros históricos da Companhia, bem como ao fortalecimento das atividades operacionais recorrentes, com foco na sustentabilidade econômico-financeira de médio e longo prazo.

Nesse contexto, a MGI segue direcionando sua atuação para a ampliação da prestação de serviços técnicos especializados ao setor público, a diversificação de sua base de receitas, o fortalecimento da gestão patrimonial e o apoio à implementação de políticas públicas voltadas à eficiência administrativa, à racionalização de ativos e à sustentabilidade fiscal do Estado de Minas Gerais.

A Diretoria Executiva entende que os avanços observados em 2025 reforçam a capacidade institucional da Companhia de sustentar seu novo ciclo estratégico, preservando sua relevância como instrumento técnico especializado de apoio ao Estado e à geração de valor público.

6 – Políticas e práticas de governança corporativa

A estrutura de governança corporativa da MGI é pautada pelos princípios e exigências legais e regulatórias, especialmente a Lei nº 13.303/2016, a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e o Decreto Estadual nº 47.154/2017. O modelo assegura a separação de funções decisórias, executivas, fiscalizadoras e de assessoramento, conferindo maior transparência e eficiência à gestão.

Estrutura de Governança

- Assembleia Geral de Acionistas: instância máxima de deliberação, responsável por aprovar contas, eleger administradores e deliberar sobre a destinação de lucros, alterações no capital social e operações societárias relevantes.
- Conselho Fiscal: órgão fiscalizador permanente, independente da administração, responsável por acompanhar a gestão, opinar sobre demonstrações financeiras, supervisionar atos de administradores e denunciar irregularidades.

- Conselho de Administração: responsável pela orientação estratégica, fiscalização da diretoria, aprovação de planos de negócios, operações relevantes, políticas corporativas e avaliação de desempenho da administração.
- Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD): órgão de assessoramento do Conselho de Administração, atua na supervisão das auditorias interna e independente, do sistema de controles internos e gestão de riscos, bem como na avaliação das demonstrações financeiras.
- Diretoria Executiva: composta por quatro membros, responsável pela execução das estratégias definidas pelo Conselho de Administração e pela gestão cotidiana das atividades da Companhia, com competências definidas para cada área de atuação: presidência, vice-presidência, negócios e administração/finanças e relações com investidores. Atualmente o cargo de Vice-Presidente encontra-se vago.
- Auditoria Interna: função independente, vinculada ao Conselho de Administração via COAUD, dedicada a assegurar a conformidade, a efetividade dos controles internos e a integridade das informações financeiras e operacionais.
- Núcleo de Integridade e Gestão de Riscos: estrutura dedicada à promoção da integridade, conformidade e gestão de riscos, responsável por monitorar e propor melhorias nos controles internos, zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e assegurar a aderência às normas legais e internas.

Princípios e Diretrizes

A governança da MGI busca assegurar:

Princípios:

- Transparência: divulgação tempestiva, objetiva e acessível de informações relevantes às partes interessadas;
- Equidade: tratamento justo e igualitário a todos os acionistas e partes interessadas;
- Prestação de contas (accountability): responsabilidade dos administradores pelos atos de gestão;
- Responsabilidade corporativa: compromisso com a perenidade da Companhia e a geração de valor, respeitando interesses públicos e privados;
- Integridade: compromisso permanente com a ética, a honestidade, o respeito e a exemplaridade, pautado por diretrizes inegociáveis destinadas à promoção de um ambiente íntegro, seguro, transparente e justo, com atuação firme na prevenção e no combate a fraudes, desvios e práticas de corrupção.
- Sustentabilidade: integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais na gestão e na estratégia da Companhia.

Obs. Acho que os itens acima estão mais relacionados a **princípios** do que **diretrizes.** Essas (diretrizes) estariam ligadas as boas práticas de governança corporativa que seriam:

Diretrizes:

- Estrutura organizacional bem definida: Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria (Coaud) e Diretoria Executiva;

- Auditoria e Compliance: adoção de práticas de auditoria interna e externa independentes, assegurando conformidade e credibilidade das informações;
- Controles Internos e Gestão de Riscos: implementação de mecanismos robustos de prevenção, monitoramento e mitigação de riscos;

Relacionamento Institucional com as partes relacionadas: comunicação contínua e responsável, promovendo confiança mútua.

‘

7 – Descrição da composição e da remuneração da administração

Remuneração reconhecida no resultado dos 2 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total reconhecida para o Exercício Social (31.12.2024) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	6,75	3	3	13
Número de membros não remunerados	0	0	3	3
Remuneração fixa anual (em R$)				
Salário ou pró-labore	334.277,84	970.256,06	106.883,61	1.411.417,51
Benefícios diretos e indiretos	0	83.445,35	0	83.445,35
Participação em Comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração Variável (em R$)				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observações	0	0	0	0
Total da Remuneração	**334.277,84**	**1.053.701,41**	**106.883,61**	**1.494.862,86**

Observação: No exercício de 2024, o quantitativo de membros do Conselho de Administração foi apurado pela média do quantitativo mensal, tendo em vista que houve vacância de cargos ao longo do exercício.

Remuneração total reconhecida para o Exercício Social (31.12.2025) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	7	3	3	13
Número de membros não remunerados	0	0	3	3
Remuneração fixa anual (em R$)				
Salário ou pró-labore	334.277,84	970.256,06	106.883,61	1.411.417,51
Benefícios diretos e indiretos	0	83.445,35	0	83.445,35
Participação em Comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração Variável (em R$)				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observações	0	0	0	0
Total da Remuneração	**334.277,84**	**1.053.701,41**	**106.883,61**	**1.494.862,86**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (31.12.2026) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	7	3	3	14
Número de membros não remunerados	0	0	3	3
Remuneração fixa anual (em R$)				
Salário ou pró-labore	388.526,26	1.508.327,35	114.179,02	2.011.032,63
Benefícios diretos e indiretos		121.209,23		121.209,23
Participação em Comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável (em R$)				
Bônus				
Participação nos resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				

Pós-emprego				
Cessação do exercício do cargo				
Baseada em ações				
Observações	0	0	0	0
Total da Remuneração	**388.526,26**	**1.629.536,58**	**114.179,02**	**2.132.241,86**

8 – Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da MGI – Minas Gerais Participações S.A., ao aprovar esta Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício de 2025, reconhece os avanços institucionais alcançados pela Companhia no cumprimento de sua missão pública, especialmente no fortalecimento da gestão de ativos, na recuperação de créditos e na ampliação da prestação de serviços técnicos especializados ao setor público.

O exercício de 2025 foi marcado por importante processo de reposicionamento estratégico da Companhia, alinhado às diretrizes estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, na qualidade de acionista controlador, voltadas ao fortalecimento da atuação da MGI como instrumento técnico especializado de apoio à Administração Pública, à sustentabilidade fiscal e à gestão patrimonial do Estado.

Nesse contexto, destaca-se a reformulação do Planejamento Estratégico, originalmente previsto para o ciclo 2024–2028, passando a contemplar o novo horizonte 2026–2030, com foco na diversificação das fontes de receita, ampliação da atuação institucional, fortalecimento da prestação de serviços especializados e sustentabilidade operacional de longo prazo.

O Conselho registra, ainda, a chegada da nova Diretoria Executiva, cuja atuação se insere em um cenário de continuidade institucional, modernização administrativa e consolidação do novo ciclo estratégico da Companhia, com perspectivas de fortalecimento de sua atuação junto ao setor público e ampliação da geração de valor público para o Estado de Minas Gerais.

Permanecem, contudo, desafios relevantes relacionados à ampliação da capacidade operacional, à diversificação das receitas e à continuidade do aprimoramento da gestão dos passivos financeiros históricos da Companhia, aspectos considerados fundamentais para a sustentabilidade institucional no médio e longo prazos.

Destaca-se, adicionalmente, o desafio relacionado à gestão do quadro de pessoal, especialmente diante de fatores externos que limitam a recomposição e a ampliação da força de trabalho necessária ao atendimento da crescente demanda pelos serviços

técnicos especializados da Companhia, em especial nas atividades relacionadas à regularização e alienação de ativos imobiliários.

A superação desses desafios é considerada essencial para o fortalecimento da sustentabilidade operacional, financeira e institucional da MGI, permanecendo pautada pelos princípios da eficiência, transparência, integridade e geração de valor público.

Diante desse contexto, o Conselho de Administração, em observância ao inciso I do art. 8º da Lei nº 13.303/2016, aprova formalmente esta Carta, na reunião realizada em 27/05/2026, reafirmando o compromisso da Companhia com as melhores práticas de governança corporativa e com a contínua promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais.

Cláudio Politi – Presidente

Felipe Afonso Costa – Vice-Presidente

Carolina Rocha Vespúcio - Membro

Marco Antônio Vieira Gomes – Membro

José Marcus Diniz Dias Ferreira Júnior – Membro

Sergio Augusto Furtado Mello – Membro

Gabriela Martins Durães Brandão - Membro